



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
FACULDADE DE TEOLOGIA
Instituto Universitário de Ciências Religiosas

MESTRADO EM CIÊNCIAS RELIGIOSAS
Especialização: Educação Moral e Religiosa Católica

LOURENÇO DE SOUSA EIRÓ, SJ

A Família - Uma comunidade de amor:
Análise Filosófica - Teológica e Pedagógica -
Didáctica da Unidade Lectiva 3 do Programa de
Educação Moral e Religiosa Católica do 6º Ano de
Escolaridade

Relatório Final da Prática de Ensino Supervisionada
sob orientação de:
Prof. Doutor Jorge Teixeira da Cunha

Porto
2011

SIGLÁRIO

CEP	: Conferência Episcopal portuguesa
E.M.R.C.	: Educação Moral e Religiosa Católica.
E.V.	: Encíclica Evangelium Vitae.
F.C.	: Carta apostólica Familiaris consortio.
G.S.	: Constituição Pastoral Gaudium et Spes.

Introdução

Foi numa aula do 6º ano, na turma E, que um rapaz dos seus 10/11 anos – esqueci-me do nome, como em tantos dos nossos ex-alunos – que percebi a importância crucial do tema desta unidade. O tema da aula desse dia era “*os membros da família*”. Estávamos a construir uma árvore genealógica, de modo que os alunos pudessem identificar as pessoas que fazem parte da sua própria família e quais as relações de parentesco que possuem entre elas. De repente, o rapaz começa a soluçar e depois a chorar no seu lugar, tentando disfarçar, para que os colegas não o vissem... por mais que não quisesse perder o fio condutor da aula, não pude deixar de me surpreender com o repentino desafogo do miúdo. Discretamente, fiz sinal à minha colega de Estágio para que o convidasse a sair com ela fora da sala por uns momentos. E saíram os dois. A aula prosseguiu.

Mais tarde apercebi-me que o rapaz tinha começado a chorar quando falámos da figura do pai e a relação que tem com os restantes membros da família. Vim a saber que o pai do rapaz tinha falecido repentinamente há pouco tempo... a memória querida do pai fez com que o aluno se enchesse de emoção e chorasse em plena aula.

Este acontecimento deixou-me perplexo. Compreendi que muito do que damos como “matéria” nas aulas de EMRC tem que ver com a experiência concreta das vidas dos nossos alunos. Mexe com sentimentos, emoções, relações, dificuldades pessoais e tantos outros aspectos tão humanos. Compreendi que muitas vezes, quando achamos que estamos a falar para a parede, parecendo que os alunos não nos ouvem, no seu mundo interior tudo se agita e as ligações da teoria com a prática acontecem! Talvez aquela aula tivesse ajudado aquele aluno concreto a lidar melhor com a morte do pai e a sua memória se tivesse avivado com saudade... só por isso, valeu a pena todo o trabalho de motivação, estratégias, materiais, insistências, etc.

No final do Estágio pedagógico, no qual leccionei no 6º ano de escolaridade a disciplina de EMRC, fiquei com curiosidade de investigar e aprofundar algumas questões específicas acerca desta 3ª Unidade Lectiva – *A família, uma comunidade de amor*. Tenho uma família muito extensa (já deve ter nascido o 100º Eiró, pela contagem de primos sobrinhos...) que foi determinante na minha adolescência e juventude, para o meu crescimento. Conheci muito bem todos os meus primos, filhos dos meus 8 tios casados (o 9º foi ordenado sacerdote). Passámos muitos dias e fins-de-semana juntos. Os Natais eram vividos por todos cheios de emoção e encanto!

Sempre valorizei muito a minha família e sinto uma enorme tristeza quando conheço alguma criança que não se sente amado pelos seus... Por isso este é um tema que me apaixona, como cristão, como sacerdote e... como professor.

Também me parece um tema muito actual, dada a grande variedade de modelos familiares nos quais os jovens de hoje vivem. Propomo-nos então analisar este tema, desde uma perspectiva teológico/pastoral, assim como pedagógico/didáctica. Fizemos ainda uma opção clara na investigação, começando pela reflexão sociológica. Jamais poderíamos analisar o tema da família sem antes descobrirmos o que a Sociologia e a Psicologia dizem sobre ele.

A família constitui a principal célula social e o mais básico agrupamento de pessoas. Desde a idade média que tem sofrido bastantes e profundas alterações na sua constituição, quanto ao modo, quanto ao número de pessoas e quanto ao tipo de relações que os seus membros assumem entre si. Poderia dizer-se que a família é um micro-sistema incluído num macro-sistema, que estabelece ligações de interdependência com os outros organismos sociais que a envolvem. Os modos familiares dum grupo social podem dar-nos uma ideia de quais os princípios que regem esse grupo e o modo como se organiza. A situação da família é refém da fase em que se encontra uma sociedade e pode ser expressão do modo como está constituída, quais os seus valores fundantes e quais as linhas orientadoras pelas quais se rege.

Nas últimas décadas, as mudanças ocorridas na caracterização da família na Europa têm sido intensas, a tal ponto de alguns sociólogos temerem pela *morte da família*. Como demonstraremos, não há perigo de que a família “morra”, já que é o modo mais natural das pessoas se agruparem e viverem em comunidade. As suas transformações é que podem ser objecto de reflexão, de modo a compreendermos os caminhos e as opções que estão por detrás de tão rápidas oscilações.

Embora de modo sintético e correndo o risco de sair um pouco fora do campo em que nos queremos centrar – pedagógico e teológico – vimos necessária uma reflexão sobre o ponto da situação no qual se encontra a família nos nossos dias, sobretudo em Portugal. Sem essa análise, não poderíamos fundamentar as opções de leccionação para a 3ª Unidade Lectiva escolhida.

CAPÍTULO 1 – ANÁLISE SOCIOLÓGICA DA FAMÍLIA

1. Introdução do 1º Capítulo

Ao longo deste 1º Capítulo, iremos abordar os principais aspectos que concernem a família, as suas funções, os seus membros, as suas problemáticas actuais, de modo a fazer um diagnóstico dos principais fenómenos e desafios que actualmente enfrenta. Dedicaremos também um espaço à análise da família em Portugal, com base nos resultados do último Censos da população nacional em 2001. Terminaremos elencando apenas alguns dos problemas relacionados com a família, que afectam sobretudo os seus membros mais jovens, as crianças.

2. Clarificação dos termos sobre a família

Antes de entrarmos propriamente no tema que nos concerne, devemos clarificar alguns termos referentes ao grupo família, assim como tentar definir em que consiste. De modo a aprofundarmos na sua definição, veremos ainda quais as suas principais características e funções.

2.1. Em busca duma definição

Em todas as sociedades, a família constitui a primeira comunidade de referência para um ser humano. Tentando uma primeira definição, entendemos a família como um conjunto de pessoas, com afinidades de sangue e relações de parentesco, que vive em grupo num mesmo espaço físico. Para uma criança, as primeiras pessoas com quem cria uma relação de afinidade, confiança e intimidade, são os seus pais. Estes têm a responsabilidade de acompanhar os filhos desde os seus primeiros anos de vida, provendo a todas as suas necessidades. Contudo, a célula familiar começa antes de surgirem os filhos, com a vida do casal.

O conceito de família tem origem na palavra “*famulus*”, que significa servidor, concepção que remonta à Roma antiga. Através deste conceito, incluíam-se no grupo-família todos os membros que habitavam na mesma casa (pessoas com laços de parentesco, servos, amigos íntimos, etc). Apenas no Séc. XIX se separam os *servos* dos pais e filhos (Leandro, 2001), assumindo a família os contornos clássicos que lhe estão associados. Mas será em finais do Séc. XX, com a emergência de múltiplas formas de convivência social, que o conceito de família deixa de ser tão claro, passando a englobar uma variedade de possibilidades de agrupamento e convivência de pessoas.

Na verdade, trata-se dum termo com vários significados, designando “tanto os indivíduos ligados pelo sangue e pela aliança como a instituição que rege esses laços” (Segalen, 1999, 20). Ao falarmos dos membros base da família – pai, mãe e filhos – falamos da “*família nuclear*”, ligados pelos laços de casamento e filiação, que residem no mesmo espaço físico. Numa definição tradicional de família, podemos então dizer que esta corresponde a “um agrupamento nuclear, composto por um homem e uma mulher unidos em matrimónio, mais os filhos que têm em comum, todos vivendo debaixo do mesmo tecto” (Rodrigo, 2001, p. 32). Outra forma ainda mais concreta é a designação “*grupo doméstico*”, referindo-se às pessoas que habitam na mesma casa.

Mas desta definição de base podemos retirar qualquer dos seus elementos e ficamos na mesma com uma família, tão diversas são as formas de famílias existentes. Podemos então aceitar uma outra definição mais completa porque mais englobante, oferecida pelo mesmo autor:

“união de pessoas que partilham um projecto vital de existência em comum que se pretende duradouro, no qual se geram fortes sentimentos de pertença ao grupo, existe um compromisso pessoal entre os seus membros e estabelecem-se relações de intimidade, reciprocidade e dependência” (idem, p. 33)

A verdade é que a forma de constituição de uma comunidade humana necessita de limites e gera-se através das relações internas que os seus membros estabelecem entre si. Poderíamos falar de dois tipos básicos de família: a nuclear e a alargada. Segundo Engrácia Leandro (2011), esta classificação seria algo reducionista, tendo em conta a enorme variedade e criatividade existente socialmente. Na sua base, existe sempre um casal constituído por dois adultos, que se encontram unidos de alguma forma, procurando legitimar os elementos mais novos que são confiados à sua responsabilidade.

Se, por um lado, a constituição da família é da ordem do natural, já que se centra nos objectivos básicos da procriação e reprodução da espécie, por outro, é também da ordem do social, pois a sociedade onde se insere reconhece a sua existência como pequena célula que dela faz parte, conferindo-lhe uma série de regras que a legitimam. Na realidade, poderíamos dizer que o conceito de família estende-se para além dos laços de natureza biológica, podendo ser constituída por “um grupo de indivíduos unidos pelos laços de aliança, de sangue, jurídicos e/ou religiosos (...) É o espaço onde se desencadeiam os principais acontecimentos da vida humana: união, procriação, nascimento, partilha da vida e da morte” (Leandro, 2011, 41).

As definições de família partem, sobretudo, duma reflexão teórica sobre a prática. Têm influência nas definições e tipologias deste grupo humano dois aspectos complementares: a *família normativa* – aquela que a sociedade, a legislação, a pesquisa e as instituições defendem, que parte de crenças e de valores concretos; e a *família vivida* – que parte das vivências das pessoas, cujas opções de vida são influenciadas, por sua vez, pelas outras pessoas, pelos media, pela vida profissional, pela prática comum social, etc. (Williams, 2010). As famílias são influenciadas por estes dois aspectos e formulam a sua própria definição, traçando os seus caminhos e modelando os seus agregados. De resto, apesar de ser um lugar comum afirmá-lo, não há famílias iguais.

2.2. Objectivos e funções da família

Como vimos através das definições iniciais, o primeiro e principal objectivo da família é de prover aos seus membros mais novos um lugar físico e afectivo onde podem viver e crescer, vendo as suas diversas necessidades satisfeitas. Este objectivo torna-se responsabilidade dos pais, que para isso constituem um lar onde possam providenciar aos seus filhos ou educandos aquilo que lhes assiste por direito.

Um segundo objectivo, que deriva do primeiro, é a educação e o desenvolvimento da personalidade dos filhos (Barros, 2009). O saudável crescimento cognitivo, afectivo e comportamental dos filhos irá depender maioritariamente da responsabilidade e habilidade dos pais de cumprirem a sua tarefa de educadores. São extensos os estudos e a literatura na área da Psicologia da educação, no que concerne ao papel dos pais como educadores. Esta tarefa complica-se quando a célula familiar é disfuncional, quando um dos dois está ausente, ou mesmo quando, em vez de funcionarem como exemplo e estímulo ao crescimento, os pais são tudo o contrário. Muitos dos problemas das crianças derivam essencialmente da demissão dos pais como primeiros e principais educadores.

Um terceiro objectivo é a socialização dos filhos. A família como célula social tem o encargo de iniciar os seus membros mais novos no contacto com os outros, na aprendizagem de atitudes e comportamentos de respeito, no desenvolvimento de competências sociais e de relação com as pessoas da sua idade e com os mais velhos. A primeira forma de socialização é aquela que acontece em casa, com os irmãos e os pais. Nas lides do dia-a-dia, a criança aprende a comunicar, a gerir as suas necessidades em função dos outros, a contribuir para as tarefas domésticas, a cumprir

regras básicas de relação, aprendendo assim que a sua realização pessoal deve ser alcançada em grupo e não isoladamente. Mais tarde, ao ingressar na escola e em actividades sociais, terá incorporadas em si mesma as principais ferramentas da convivência humana.

Sendo que os principais objectivos da família se centram na vida em comum, ambos – pais e filhos – devem aprender a exercer a sua função adequadamente. Ser pai e mãe é uma das tarefas mais belas e ao mesmo tempo mais difíceis que alguém é chamado a desempenhar. O problema principal é que ninguém aprende a ser pai/mãe antes de o ser. Esta função deve nascer do amor entre o casal e para com os filhos. Mas educar é uma arte e nem sempre os pais a praticam da melhor forma.

Igualmente os filhos se encontram numa situação complexa. Nascer numa família e numa casa que não escolheram, são entregues à nascença a um casal adulto e devem ser obedientes, respeitadores, cumpridores de todas as orientações e regras que os seus pais lhes apresentam. Tantas vezes os filhos são vítimas dos pais que têm e tantas vezes a entrada na idade da adolescência, onde se termina de formar uma personalidade própria e se reclama uma autonomia própria, começam a surgir conflitos e problemas. Seja porque os pais não aceitam as opiniões e vontades dos filhos, seja pelo contrário, os filhos que não aceitam os ditames dos seus pais. Todos os problemas que possam surgir entre pais e filhos e entre irmãos são sempre desafios a encontrar caminhos de entendimento, partindo do respeito e da vontade de ajudar o outro a crescer. A individualidade e particularidade de cada filho deve ser tida em conta pelos pais, evitando a adopção de medidas “standard” ou de receitas pré-concebidas, que possam forçar os mais novos a encaixar na pele de alguém que não querem ser (Oliveira, 2009).

Os objectivos da família podem depender do ponto de vista de cada um dos seus intervenientes. Assim, para os pais a família tem como funções principais:

- Um cenário onde se constroem pessoas adultas com uma determinada auto-estima, um sentido de si mesmo e que experimentam um certo nível de bem-estar psicológico na vida quotidiana;
- Um cenário de preparação onde se aprende a enfrentar desafios, assim como a assumir responsabilidades e compromissos que orientam os adultos a uma vida realizada;

- Um cenário de encontro inter-geracional onde os adultos ampliam o seu horizonte vital formando uma ponte entre o passado e o futuro, sendo os principais elementos dessa ponte os afectos e os valores, que guiam as suas acções e vidas;
- Uma rede de apoio social para as diversas transições vitais que há-de realizar o adulto: namoro, trabalho, habitação, etc.

Do ponto de vista dos filhos, as funções da família podem ser diversas:

- Assegurar a sobrevivência dos filhos, o seu são crescimento e a sua socialização nas condutas básicas de comunicação, diálogo e simbolização;
- Oferecer aos filhos um clima de afecto e apoio, sem o qual o são desenvolvimento psicológico não resulta possível;
- Oferecer aos filhos o estímulo que faça deles seres com capacidades para se relacionarem com competência, com o seu meio físico e social, assim como responder às perguntas e exigências que experimentam no contacto com o mundo exterior;
- Tomar decisões relacionadas com a abertura para com outros contextos educativos que partilharão com a família a tarefa de educar os filhos (Rodrigo, 2001).

2.3. O grupo doméstico

Uma variante no modo de encarar a família, quiçá mais objectiva, é a de *grupo doméstico*. Este refere-se às pessoas que habitam o mesmo espaço de intimidade, partilhando as relações, o seu tempo, o seu trabalho, os seus valores, etc. Este grupo tem variado muito ao longo dos anos. Até finais do século passado, a sua dimensão era substancialmente maior do que a maioria dos grupos de hoje. Numa casa poderiam habitar 10, 15 pessoas ou até mais. Em geral, a quantidade de membros que hoje compõem uma família doméstica é em média menor.

Segalen (1999), baseando-se no Grupo Cambridge, propõe uma tipologia dos grupos domésticos, distinguindo as suas principais características:

- “sem estrutura familiar” – constituído por pessoas que vivem sozinhas ou por grupos de amigos que se juntam na mesma casa;
- “simples” – constituído pelo lar, ou seja, um dos pais ou ambos e os filhos, excluindo-se todos os outros parentes;
- “extensos” – constituído, para além dos membros do lar simples, por outros parentes ascendentes ou descendentes: tios, primos, avós, etc;
- “múltiplos” – constituído por vários lares de pessoas aparentadas (casais de irmãos e cunhados que vivem na mesma casa com os filhos de ambos os lares).

Esta classificação permite estabelecer estudos e comparações dos vários tipos de grupos domésticos na população, ao longo do tempo.

Querer encerrar a família doméstica em determinadas tipologias, é querer anular a enorme criatividade que têm as constituições dos grupos domésticos. A sua formação e modificação depende de vários factores, os quais, pela sua diversidade, são igualmente difíceis de classificar. Segundo Segalen (1999), alguns factores podem ajudar-nos a compreender a natureza da constituição destes grupos: “demográfica (idade de casamento, fecundidade, migrações) económica (tipo de exploração agrícola, relações com a economia global), cultural (tipo de relações entre as gerações e os parentes), jurídica (práticas legais e práticas consuetudinárias).” (p. 48).

3. Os membros da família

Como vimos pelas várias formas de constituição dos grupos domésticos, uma família pode englobar todo o tipo de pessoas. Segundo o critério com o qual definimos a tipologia familiar, temos diferentes actores que intervêm na vida familiar. Os principais papéis pertencem aos pais, primeiros a formar um lar. Depois vêm os filhos em função dos quais a família se orientará. Estes dois grupos constituem a chamada “*família troncal*”, já que darão origem a todos os outros membros. Podemos ainda ter outras pessoas que, por razões de intimidade ou de acolhimento dos pais, podem partilhar da vida familiar, quer através de laços de afinidade, quer através de laços de sangue. Bastante comum em algumas famílias é a inserção no seu agregado dos avós ou de outros parentes mais afastados que partilhem da vida quotidiana familiar.

3.1. Os pais

No interior da família, na sua organização clássica (pai, mãe, filhos), sempre houve uma divisão de funções, e consequentemente de tarefas, entre a figura materna e a figura paterna. Desde as sociedades antigas, enquanto a figura masculina da família se ocupava em garantir o sustento familiar (a caça, o trabalho fabril, o exército, a construção), a figura materna ocupava-se das lides domésticas e do acompanhamento dos filhos. Este modelo familiar funcionou durante muitos séculos quase como inquestionável. É inegável a ligação afectiva privilegiada da mãe com o filho, necessária por razões práticas nos primeiros anos de vida, mas que se mantém a um nível de intimidade elevado (daí que, em caso de separação, os filhos passam a viver

preferencialmente com a mãe). A figura paterna, devido a uma compleição física mais robusta, mais apta para trabalhos pesados, assim como uma responsabilidade predominante em prover às necessidades do lar, foi mantendo o pai fora de casa, ocupado nas tarefas de trabalho. Mais recentemente, no final do Séc. XX, o fenómeno social da emancipação da mulher, e todos os movimentos em favor da igualdade de oportunidades para ambos os sexos, passou a não ser tão clara esta distribuição de papéis na família. A abertura de oportunidades de acesso à educação para ambos os sexos, o consequente envolvimento das mulheres no mundo do trabalho e na vida política, o sucesso das mulheres nos estudos universitários e o seu crescente desejo de realização profissional, a maior participação dos pais na educação dos filhos em famílias nucleares, o aumento do número de divórcios e separações, o aumento das famílias monoparentais são alguns dos factores que vieram colocar em questão a tradicional divisão de funções no lar (Koronaïou, 2007).

Muitas são as famílias que hoje em dia optam por soluções alternativas para os cuidados, desde uma idade muito prematura, para os seus filhos: os berçários, as amas, os ATL, etc. Do mesmo modo, muitos casais optaram por uma inversão dos papéis materno e paterno, ficando os filhos a cargo do pai, enquanto a mãe providencia o sustento da família através do seu trabalho fora de casa. De facto, a figura paterna tem vindo a exercer cada vez maior protagonismo na vida da família, tendo a paternidade (*fatherhood*) sido objecto de investigação e reflexão nos últimos anos. As diferentes dimensões de paternidade podem ser definidas pelo papel que o homem assume hoje na família e pela sua relação com os filhos (idem).

O que antes definia a responsabilidade paternal como aquela de providenciar ao sustento do lar, hoje amplia-se a uma responsabilidade mais abrangente, que inclui, tanto para o pai como para a mãe, o bem-estar holístico do casal, dos filhos e do lar. Se, por um lado, o papel dos cuidados maternos e do lar já não se confinam apenas às mães, por outro lado, os pais assumem novas responsabilidades de acompanhamento e educação dos filhos. Daí que o esforço por conciliar o trabalho com a vida doméstica é partilhado por ambos.

3.2. Os filhos

Conforme dissemos, a família orienta-se particularmente para os filhos, para a satisfação das suas necessidades e para a sua educação. As necessidades duma criança começam por ser físicas e biológicas: roupa, alimentação e descanso. Paralelamente,

desde os primeiros anos de vida, a criança tem necessidades afectivas e de relação. Quase tão importante como o seu bem-estar físico, o bebé precisa de se sentir seguro no seu meio ambiente, gerando desde logo uma relação de confiança com os seus pais e restantes familiares. A sua fragilidade é grande, pelo que vive em total dependência dos adultos, exigindo deles uma atenção quase constante, de modo a gerarem nele uma sensação de protecção e conforto, essenciais para o seu crescimento.

Deste modo, a família constitui o primeiro grupo social, uma experiência inicial de comunidade, onde a criança estabelece laços e relações com outras pessoas. Será o lugar onde se pode sentir segura. Num espaço físico delimitado – a habitação – a criança dá os seus primeiros passos como pessoa, reconhecendo primeiro a sua identidade (o eu); abrindo-se depois à alteridade (o nós), e reconhecendo-se um entre outros. Compreende lentamente, através dos cuidados que lhe são prestados e a atenção que lhe é dispensada, que as pessoas à sua volta, pais e irmãos, gostam verdadeiramente dela. O que lhe dará esta sensação de segurança é o amor com que todos procuram dar resposta às suas necessidades. Correndo tudo com naturalidade, os primeiros anos de crescimento ajudarão a criança a confiar nos membros da sua família acima de todos as outras pessoas que irá conhecer pela vida fora.

Nesta primeira experiência comunitária, a criança viverá também o outro lado da sua existência como pessoa: a frustração. Na tentativa de resposta às suas necessidades, os seus pais e cuidadores irão certamente falhar. Com as primeiras sensações de carência e desconforto, o aprendiz entenderá que os outros não vivem sempre centrando a sua atenção nele, deixando por responder alguns dos seus desejos e anseios. Com a frustração, aprenderá que a confiança depositada nas pessoas mais próximas, a sua família, não é 100% segura e não será inteiramente fiável. As primeiras sensações de abandono, de fragilidade e de solidão proporcionarão à criança as primeiras lições sobre a limitação humana. Este lado da existência no mundo poderá causar algumas incompreensões e dificuldades nas relações familiares, caso os mais novos não sejam devidamente acompanhados pelos adultos, de modo que possam aceitar a sua condição humana.

Do mesmo modo poderão os pais não ser capazes de proporcionar um ambiente saudável para o crescimento harmonioso dos seus filhos, seja por problemas e conflitos entre o casal, seja por tensões familiares geradoras de violência, seja pela separação ou o divórcio, ou por outras razões que retirem a segurança esperada pelos filhos no lar. Numerosos estudos apontam para as diversas consequências negativas no crescimento

das crianças que testemunham conflitos entre os pais. Atitudes hostis, violência doméstica (verbal ou física), discussões, alcoolismo, entre outros, podem ser responsáveis por altos níveis de stress e ansiedade causados nos filhos. Dependendo da qualidade de relação que os filhos possuem com os pais, as suas reacções podem ser de defesa, adaptação ou resiliência perante a situação, ou pelo contrário, podem gerar comportamentos violentos para com os colegas, agressões, delinquência, desordem emocional e afectiva (Johnson, 1990).

3.3. Os avós

Dos membros mais próximos do agregado familiar, os que geralmente oferecem um maior apoio na educação e acompanhamento das crianças são os avós. Seja pela maior disponibilidade de tempo de que dispõem, seja pelo gosto que têm em passar tempo com os netos, são muitas vezes os avós que oferecem apoio aos pais. O envolvimento dos avós na vida familiar pode trazer bastantes vantagens para o desenvolvimento e crescimento saudável das crianças. Em primeiro lugar, possuem uma sabedoria e uma experiência de vida muito superiores àquela dos pais. As suas histórias, ensinamentos e conselhos em muito contribuem para o crescimento dos netos. Pelo facto de serem mais velhos, geralmente os netos prestam-lhes uma maior atenção e ouvem-nos com interesse. Em segundo lugar, porque os avós não são os pais, têm uma função bem distinta no seio da família. A sua responsabilidade educativa secundária permite-lhes uma relação com os netos sem preocupações proibitivas ou restritivas, no que podem fazer ou não fazer. Por fim, têm uma maior disponibilidade de tempo e de paciência, que lhes permite aceder com proximidade e naturalidade ao universo da criança. Mas nem sempre os avós surgem na cena familiar por falta dos pais. Muitas vezes o seu papel funciona como um verdadeiro complemento à tarefa educativa do pai e da mãe. Muitas são as famílias em que os avós vivem em casa dos filhos e convivem diariamente com os filhos e netos, ou seja, integram-se no agregado familiar primário.

4. Família e escola

Nos primeiros anos de vida, cabe à família a responsabilidade da educação e primeira socialização das crianças. Atingindo a idade escolar, esta abre-se pela primeira vez e de uma forma determinante a um novo ambiente social que irá contribuir para a sua formação. A saída para a escola marcará os filhos, pois estes

passarão a maior parte do seu tempo com outras pessoas, abrem-se a novas relações e conhecimentos, integrando ambientes muito mais abertos e estimulantes que aqueles que tinham em casa. Mas esta transição marca igualmente os pais, que verão os seus filhos passarem por esta mudança. Cabe à escola e aos seus intervenientes uma primeira aferição da forma como a família preparou a criança para a vida social. Por outro lado, a criança chegará a casa trazendo consigo um mundo de relações, conhecimentos e estímulos, os quais irão necessariamente afectá-la no seu crescimento. O antigo triângulo de relações pais/filhos/irmãos abre-se agora aos educadores e colegas (Oliveira, 2009).

Noutros tempos, a escola e a família estavam bastante distantes como entidades educativas independentes. A família tinha as suas funções e a escola tinha as suas. Hoje, mais do que nunca, se deseja que a relação destes dois grupos educativos sejam complementares na educação e acompanhamento das crianças e jovens. Aliás, deveria falar-se em *colaboração*, *cooperação* ou *parceria* mais do que *relação* (Stoer, 2005). É a família que tem a responsabilidade principal de educar a sua prole, mas é a escola que, com especialistas em pedagogia como o são os professores, deve apoiar-se na família para, em espírito de parceria, encontrar os melhores caminhos para ajudar os alunos a crescer. Muitos estudos confirmam e apoiam a necessidade de encontrar caminhos de entendimento e relação entre estes dois grupos, de modo que a educação em todas as dimensões possa ser mais eficaz para os alunos (Stoer, 2005; Silva, 2003).

Antes de entrarmos na discussão do tema, teríamos de constatar que as mudanças nestes dois agentes educativos sociais têm sido drásticas nos últimos anos. Em toda a Europa tem havido uma vontade de aproximação, de tal modo que em Portugal a intervenção da família na escola é legitimada através das associações de pais, dos encarregados de educação junto dos Directores de turma e da participação de pais no Conselho escolar. Porém, este incentivo à participação dos pais na vida escolar não parece ter uma correspondência na prática, tanto quanto se poderia esperar (Stoer, 2005). Aliás, podemos ainda dizer que este incentivo do Ministério é unilateral, atribuindo aos enc. de educação mais poder nas escolas, quase como uma forma subtil de controlo indirecto sobre os professores e as Direcções.

Podemos constatar que esta parceria será tudo menos natural, visto que o que os pais e os professores esperam dos filhos/alunos é diferente e que as próprias crianças desempenham papéis distintos em cada um dos contextos. O que se verifica no terreno, mais do que uma ajuda à escola, é um sistema de *vigilância* dos pais, que apenas

aparecem em cena quando algo está mal. Assim, o que se desejava desenvolver como uma parceria, converte-se mais num “alergia” entre família e escola (idem, p. 16). Por outro lado, também se verifica que quanto mais interventivos os pais conseguem ser na vida escolar dos seus filhos, tanto mais estes desenvolvem as suas capacidades e competências, mais se dedicam aos estudos, menos faltam à escola e menos problemas de disciplina demonstram (Ortega Ruiz, 2001).

Verifica-se ainda uma certa culpabilização de parte a parte, que em nada ajuda o processo educativo: os professores queixam-se que os pais se demitem da tarefa educativa; os pais culpam os professores de não compreenderem os seus filhos e não os saberem educar. Na prática, verifica-se que a presença e o interesse dos pais na escola continua a ser bastante escassa. Fazem-no mais em nome particular dos próprios filhos do que corporativamente, através das Associações de pais.

Fica o desafio da construção duma relação de confiança mútua, já que ambas as partes estão interessadas no mesmo objectivo: ajudar as crianças a crescerem e aprenderem.

5. As funções sociais da família

Como temos vindo a constatar, a sociedade coloca altas expectativas na família como primeiro elemento socializador dos seus membros mais novos. Esta inicia os filhos com as primeiras bases das relações sociais, das regras de convivência, dos modos de comportamento, na esperança que, quando dêem início à sua vida social mais intensa, os filhos possam integrar-se sem problemas na sociedade. Ao desenvolverem a sua autonomia, demonstrarão a sua preparação para viver com os outros e desenvolverem as suas competências sociais no convívio com o mundo.

“Para os processos de constituição da personalidade, isto é, para as condições socializadoras e estruturais que intervêm de modo concreto no desenvolvimento da identidade humana nas sociedades modernas, a experiência do envolvimento familiar é uma das mais essenciais e fundamentais. Não apenas por ser a primeira instância na qual o ser humano jovem entra em contacto com o mundo que o rodeia, mas também por ser o âmbito no qual qualquer experiência social de tipo estrutural, normativo e interpessoal recobra significado” (Philipp, 2001, p. 107)

De facto, a família desenvolve nos filhos alguns dos elementos mais básicos da convivência social, preparando-os para virem a ser, também eles, agentes sociais. Sobretudo porque proporciona ao sujeito em crescimento uma relação cara-a-cara e uma dinâmica comunicativa. É uma função principal da família encontrar soluções

para os conflitos sociais. Porém, o comportamento do sujeito tem sempre como marco as normativas do sistema social, no que diz respeito ao seu papel (Philipp, 2001).

A família encontra-se vinculada ao mundo que a rodeia e insere-se numa cultura específica, com a qual estabelece trocas de princípios e valores, negociáveis de parte a parte. Estabelece igualmente relação com os grupos sociais secundários – associações, clubes, partidos, empresas, instituições. Estas relações de proximidade trazem para a vida quotidiana familiar dados, costumes, ditames, convicções, saberes e tantos outros elementos, determinantes na formação da cultura da própria família. Daí que a instância familiar, como sistema aberto, tenha que estabelecer relações e negociações constantes com os papéis intra e extra familiares dos seus membros. Por isso se pode fazer uma diferenciação entre o mundo «interno» e «externo» da família, já que os seus protagonistas actuam tanto dentro como fora dela (idem).

A transmissão de valores é uma das formas como a família socializa os seus jovens. Quando as crianças chegam à escola, já vêm “formatadas” com alguns valores essenciais e fundantes, que lhes foram transmitidos em casa. As propostas que lhes serão feitas na convivência com os colegas e professores, passam pelo filtro do que aprenderam antes. Por isso mesmo as crianças adquirem na família a sua principal grelha ou escala de valores, na qual integram e assimilam todos os outros valores adquiridos no exterior (Ortega Ruiz, 2001; Rodrigo, 2001). Por outro lado, as mudanças na educação escolar têm evoluído para dar cada vez mais importância e centralidade à transmissão de valores como o respeito, a igualdade, a justiça, a ecologia, a paz, a solidariedade, etc. como um forte complemento à formação académica e à transmissão do saber. Defende-se na escola a formação integral, que permite formar moralmente os alunos para o mundo e para a sociedade. Veja-se a este propósito a inclusão recente no currículo escolar de disciplinas como a formação cívica (no ensino básico) e a Integração (nos cursos profissionais). Sabemos no entanto que a aprendizagem de valores só se dá realmente quando esta é marcada por modelos de comportamento dos adultos, quando é repetida ao longo do ano e transversal às várias experiências de vida, no fundo, quando é feita dum modo coerente e continuado. E semelhantes condições são mais fáceis de alcançar na família do que na escola:

“É o conjunto das experiências valiosas as que vão moldando o pensamento e o sentimento do educando, encontrando nas relações afectivas com o modelo a compreensão do valor e o apoio necessário para a sua adesão. E nisto, o meio familiar oferece mais possibilidades que o marco mais heterogéneo da escola” (Ortega Ruiz, 2001, p.130)

Mas a aprendizagem dos valores necessita ainda duma componente essencial – um clima de afecto e compreensão entre educando e educador, que tornem possível para a criança sentir-se atraída e afectivamente implicada no valor proposto. Os valores aprendem-se e assumem-se através de experiências agradáveis e imbuídas de “bondade”. Portanto, “a proposta dum valor, para ser eficaz, deve fazer-se num contexto de relação positiva, de aceitação mútua, de afecto e cumplicidade entre educador e educando” (idem, p.132).

A família é então a primeira e mais natural entidade que transmite os valores aos seus membros mais novos, mas não é a única. Ao fazer parte integrante duma sociedade, será influenciada por esta e reflectirá ao mesmo tempo as contradições e opções da própria estrutura social que a inclui. O grupo familiar, ao mesmo tempo, é constantemente invadido por valores e contra-valores sociais provenientes da publicidade, dos grupos de pares e da televisão, deixando assim as crianças expostas a todo o género de propostas que podem inclusive contrapor-se aos da família. Porém, sendo a família o lugar da confiança, da segurança e da harmonia onde vivem e crescem as crianças, continua ainda assim a exercer uma maior influência nos valores dos mais novos.

6. Situação da família em Portugal

A situação da família portuguesa naturalmente segue os mesmos indicadores dos restantes países, embora se constate, não apenas nesta área, mas em todas as áreas da cultura e da sociedade, que os fenómenos sociais em Portugal vão a reboque do que acontece nos países mais desenvolvidos. Isto porque a cultura e a sociedade encarnam num fenómeno de globalização que vai contagiando os comportamentos dos grupos humanos.

Baseamo-nos neste apartado numa análise dos resultados do Censos de 2001, comprado com aqueles do anterior de 1991, com a autora Leandro (2005). Segundo esta autora, a família tem sofrido no nosso país inúmeras e radicais transformações nos últimos anos, devido aos factores de mudança social, os quais, sendo esta uma forma de organização das pessoas, a influenciam necessariamente e exigem uma adaptação e integração das mesmas. Assistimos não à “morte da família”, mas a uma diversificação das formas familiares, sendo que o modelo clássico – casamento estável de um homem e uma mulher, com filhos, que vivem todos juntos, preservando a autoridade do *paterfamilias* de outros tempos – está em declínio. A família não está portanto em

crise, mas os seus contornos são mais flexíveis e definem-se ao sabor das conveniências dos indivíduos, adaptando-se às mudanças (Philipp, 2001).

Um dado seguro é que “na maioria dos casos, a *família nuclear* formada pelo pai e a mãe casados, criando em conjunto os filhos no seio do espaço doméstico (...) é hoje concebida de modo diferente e, em muitos casos, mostra-se mais enfraquecida, como evidencia a subida dos índices de divórcio no decorrer dos últimos decénios” (Leandro, 2005, p. 8). A conjugalidade é vista de modo mais pragmático e as relações afectivas são mais instáveis que outrora. Dá-se certamente mais importância às “trajetórias familiares do que às estruturas propriamente ditas” (idem, p. 11). A complexidade da vida em família requer uma constante adaptação dos seus membros, e se surgem problemas, desfaz-se o vínculo anterior e as pessoas partem para outro tipo de ligação. Contudo, nos comportamentos familiares, embora Portugal se aproxime cada vez mais dos países europeus, revela o Censos de 2001 que somos ainda um dos países europeus com maior número de casamentos católicos.

Verifica-se um aumento de casais que partilham habitação, quer antes do casamento, quer se mantenham numa *união de facto*. A complexificação das estruturas familiares revela o aumento do número de algumas categorias de famílias que saem fora dos padrões normais: Os casais que vivem juntos sem estarem casados; as famílias monoparentais; as famílias que integram diferentes tipos de afinidade entre os seus membros; e as famílias unipessoais, compostas por idosos, jovens solteiros ou outros (Rosa e Vieira, 2003).

Aumenta a idade média em que as pessoas se casam e constata-se que há uma tendência a casar cada vez menos e mais pelo civil do que pela Igreja (idem). Outro dado relevante é a separação entre o casamento e a parentalidade, devido ao maior número de crianças que nascem fora do casamento formal – 23,8% – a percentagem mais elevada da Europa do Sul. Este facto pode explicar-se pela vontade dos pais em não optarem pelo casamento, ou por adiá-lo para mais tarde. Mas os casais continuam a optar por ter filhos, embora predominem os casais com poucos filhos. Ao nível das regiões do país, é no Alentejo e no Algarve que se verifica o maior número de casais sem filhos; ao passo que na Região autónoma dos Açores estes são mais elevados.

Realça-se ainda neste estudo comparativo que 99,9% das famílias portuguesas são famílias clássicas, ou seja, famílias que têm algum parentesco entre si e que habitam debaixo do mesmo tecto. Os portugueses continuam a acreditar no ideal de felicidade alcançado pela família, embora paralelamente se verifique um aumento das famílias

unipessoais, por razões de estudos prolongados, por motivos profissionais ou mesmo por opção pessoal. O que se constata é que o número de pessoas por família, em todos os casos, tende a decrescer, aumentando as famílias com um único filho e diminuindo aquelas com dois ou mais (cf. Rosa e Vieira, 2003).

Quanto às formas de conjugalidade,

“os dados do recenseamento de 2001 apresentam sinais claros da informalização do laço conjugal e de pluralização possível do leque de transições possíveis nos percursos familiares, observando-se momentos de ruptura e de recomposição, movimentos que denotam uma visão menos institucional da relação a dois e da própria família” (Leandro, 2005, p. 16).

Daí que a taxa dos divórcios em Portugal atinja os 32,6%, cerca de 1/3 das famílias que decidem desfazer o vínculo assumido em casamento. Muitas destas pessoas voltam a formar uma família, chamada *recomposta*, com segundos casamentos. Aí se dará uma adaptação do acompanhamento e da situação dos filhos das primeiras núpcias, caso os haja. Caso a separação não resulte em nova união, estamos perante as *famílias monoparentais*, formadas por um dos pais e pelos filhos, que no nosso país ascendem a 6% (com a mãe) e 0,9% (com o pai).

Nesta análise sumária da situação do casamento e da família em Portugal, podemos concluir que o nosso país acompanha os dados sociológicos Europeus, colocando à família inúmeros problemas. A forte mutação dos agrupamentos e das convivências em família exige de todos os seus membros uma adaptação que tantas vezes não é feita sem grande sofrimento. Prevalece a ideia de que os vínculos e os compromissos de casal mantêm-se enquanto funcionem e satisfaçam os indivíduos. Caso surjam problemas, encontram-se novas soluções e rearranjam-se os grupos domésticos, para conveniência de todos. Os filhos, sujeitos passivos no meio de tão fortes mutações, vão tentando ajustar-se da melhor forma aos planos dos pais.

7. Principais problemas da família

Como em qualquer grupo humano, também na família se podem identificar alguns problemas que dificultam o cumprimento das suas funções e responsabilidades. Qualquer factor que possa criar um ambiente de instabilidade familiar, pode originar um problema no seu interior. Os problemas familiares podem surgir no interior da família (causas intrínsecas) ou podem surgir do exterior (causas extrínsecas). Seja como for, todos eles irão influenciar negativamente o normal funcionamento do agregado.

Eis alguns dos problemas familiares que podemos identificar:

- Problemas económicos;
- Ausência de um ou de ambos os pais;
- Abusos físicos ou morais para com os filhos;
- Problemas de dependências dos pais (alcoolismo, toxicodependência, jogo, etc.);
- Desorganização familiar (falta de regras ou de disciplina);
- Violência doméstica (física ou verbal);
- Conflitos entre o casal;
- Falta de higiene e asseio no lar.

A origem da maioria dos os problemas familiares advém da capacidade que os pais têm (ou não) de proverem a todas as necessidades dos seus filhos, proporcionando-lhes um ambiente tranquilo e seguro, assim como um acompanhamento capaz de os preparar para a vida futura em sociedade.

No modelo clássico de família (mãe, pai, filhos) as falhas neste capítulo podem advir da irresponsabilidade, da incapacidade ou da negligência dos pais a muitos níveis. Os pais, como adultos e primeiros responsáveis pelo normal crescimento dos seus filhos, devem procurar educá-los, dedicando-lhes tempo, atenção, carinho, apoio, etc. Em muitos casos, os pais não estão devidamente preparados para assumirem esta responsabilidade, ou nem sequer estão conscientes dela. Daí que, mesmo num agregado familiar deste tipo, surjam muitas vezes filhos privados dos seus direitos fundamentais como crianças e como pessoas.

Nos outros modelos familiares vigentes – famílias monoparentais, homossexuais, ausência dos pais ou sua substituição por outros membros – além dos problemas anteriores, podem gerar-se outros ainda mais complexos, do foro emocional ou afectivo. Isto porque não foi oferecido à criança um acompanhamento constante de dois adultos, de ambos os sexos, que lhe sirvam de referência masculina e feminina. Sabemos bem como o papel do pai e da mãe diferem muito nas suas funções e não são jamais substituíveis por uma alternativa, por mais bem intencionada que possa ser.

7.1. A crise do grupo “família”

Como temos vindo a constatar, a família tem sofrido fortes alterações na sua constituição e nos seus padrões, os quais são cada vez menos homogêneos. Seja pelo aumento do número de divórcios, seja pelos casais que se juntam sem formalizar o seu

vínculo, seja ainda pela maior quantidade de pessoas que vivem sozinhas, a família de hoje é cada vez mais distante do agregado familiar clássico:

“As evoluções recentes são significativas tanto pelas suas dimensões como pela sua rapidez. Ao tipo sem dúvida dominante até à década de 60 de grupo doméstico ou lar nuclear, encarnado na categoria «casais com filhos», sucedeu uma diversificação dos tipos co-residenciais: aumento de pessoas que vivem sozinhas (sejam jovens solteiros sejam indivíduos idosos solteiros ou viúvos), aumento do número de casais sem filhos (correspondendo ao número de casais jovens que retardam o momento do nascimento do primeiro filho ou aos casais cujos filhos já deixaram o lar), aumento muito forte do número de famílias monoparentais. No total, em 1990, a antiga família nuclear, que constituía o modelo dominante, não representa hoje senão um terço dos lares.” (Segalen, 1999, p. 62).

Um dos aspectos que têm vindo a ser estudados pelos sociólogos é a crescente liberdade de auto-determinação e afirmação do indivíduo em todas as vertentes do humano. A família como grupo social tem sido naturalmente afectada por esta tendência para a individualização ou privatização do eu. Hoje o indivíduo reclama o seu protagonismo e quer ser dono e senhor as suas escolhas. No entanto, esta *individualização* não comporta em si uma conotação moral negativa, apenas salienta o facto das escolhas do indivíduo passarem mais pelo seu próprio mundo. Este facto liberta a pessoa dos constrangimentos sociais e institucionais que mantinham noutros tempos a família à prova de divisão. O grupo família passa então a ser mais um lugar de bem-estar e intimidade do que um grupo social instituído e sólido (Aboim, 2006). Outro conceito que ajuda a compreender este movimento orientado para o indivíduo é o de *privatização*, que tem como consequência a “recusa de papéis pré-fabricados, da desigualdade entre homem e mulher, de normas vigentes, de controlo social – privado ou público – enfim, das características mais institucionais do casamento e da família” (idem, p. 31).

Diante deste panorama, verifica-se que as opções de união conjugal se multiplicam. Passamos de famílias estáveis, em torno da união do casal e dos filhos, para soluções mais instáveis, pela legitimação e facilidade com que duas pessoas se juntam para formarem um lar (Relvas, 2002). Algumas das causas para o descrédito do casamento, podem ser explicadas pelas transformações sociais dos últimos anos (idem, 195):

- mudanças de práticas e concepções sobre a vida familiar;
- aumento da autonomia e liberdade individual na vida privada;
- mudança na forma de encarar a sexualidade e a privacidade dos laços conjugais;
- transformação social do estatuto da mulher;

- alteração no modo de encarar o casamento, tornando-se uma etapa facultativa;
- protecção das liberdades individuais e mudança no modo de encarar os compromissos, que se tornaram flexíveis;
- baixa taxa de nupcialidade;
- aumento da idade de casamento e do nascimento do primeiro filho.

Esta situação interroga-nos seriamente sobre as condições em que irão crescer as crianças do futuro, que tipo de apoios terão dos adultos que os acompanham e em que pessoas se tornarão, resultantes destas comunidades desfeitas.

Um dos problemas mais dramáticos da situação actual da família provém da privação de um dos direitos básicos do ser humano: a falta de um ou dos dois pais. Ambos, pai e mãe, têm um papel fundamental no acompanhamento e na educação dos filhos. As relações materna e paterna são insubstituíveis e complementares no que concerne à estabilidade afectiva do filho. Daí que a falta de um deles possa trazer alguns transtornos ao normal crescimento do filho e ao funcionamento da família.

Do mesmo modo que a família deve adaptar-se, também a comunidade mais alargada à qual a família pertence, muitas vezes até o Estado, se devem mobilizar para encontrar formas de ajudar a criança nesta ausência. A legislação da maior parte dos países procura sempre familiares directos que se possam ocupar das crianças cujos pais faltam, mas existem muitos casos, por circunstâncias diversas, em que tal não é possível. Os modos concretos de ajuda a famílias onde falta o pai, a mãe, ou outro familiar próximo, podem ser muito diversos: Os serviços sociais; os orfanatos; as casas de acolhimento; as famílias adoptivas; entre outros organismos. No entanto, nenhuma substituição poderá suprir inteiramente a falta do progenitor natural.

Diante do cenário meio “anárquico” em que a família se encontra, podemos olhar o problema desde dois pontos de vista: o pessimista, a *imoralização*; ou o optimista, a *democratização* (Williams, 2010). Segundo esta autora, os que olham para os acontecimentos desde o lado negativo, vêem que com o aumento do número de divórcios e separações, as crianças são prejudicadas tanto emocional como socialmente; as famílias são desfeitas; os casais vivem-no com bastante sofrimento. A coabitação pode ser vista como a falta de capacidade de assumir compromissos. Nas famílias monoparentais, falta a figura paterna que sirva de referência aos filhos. A liberalização nos comportamentos sexuais conduz a um declínio ou mesmo vazio de vida moral. A perda de alguns valores como a fidelidade, a perseverança e o amor foram substituídos pelo culto do eu. O tempo e energias dedicados ao trabalho retiram-

no da convivência familiar que vai minando as relações e a confiança... todos estes e muitos outros aspectos podem deixar-nos um cenário deveras negro em relação ao estado da questão.

Do outro lado, a tese optimista, vê em todos estes aspectos uma aproximação dos papéis dos géneros, relações mais saudáveis porque mais conformes ao que as pessoas querem e menos presas a visões tradicionais e convencionais do casamento. As novas formas de edificar e manter a família permitem aos indivíduos que escrevam as suas próprias biografias e vivam as suas relações com mais sentido. O que as pessoas buscam são formas de adaptação das suas relações de modo que estas respondam às suas necessidades, respeito mútuo e felicidade. Se as relações de casal podem basear-se menos no amor, a verdade é que as relações pais-filhos vêm preencher esse vazio.

7.2. Formas alternativas de família

Dentro das várias alternativas de família que se apresentam no espectro social, podemos identificar algumas, fruto de opções pessoais, pressões sociais ou mesmo conveniências: o casamento; as uniões de facto; as famílias monoparentais; os recasados; os casamentos homossexuais.

Pela sua maior expressão nas estatísticas, realçamos algumas destas formas alternativas de agrupamentos familiares.

- A separação ou o divórcio

Socialmente, tem-se verificado nos últimos anos um aumento significativo de casamentos que terminam em separação ou divórcio (Relvas, 2002). Este facto pode ter muitas explicações e causas. Se é certo que em muitos casos as circunstâncias da vida do casal se podem alterar e os esposos vão deixando esmorecer o amor que sentiam um pelo outro, também se constata que as razões que os levaram a contrair matrimónio podiam não se adequar em verdade a um desejo profundo de construir um projecto de vida a dois. Mais adiante apresentaremos uma reflexão sobre as exigências do amor, único fundamento para uma união entre duas pessoas para toda a vida.

Segundo Amato (2000), a separação é um fenómeno social crescente e alarmante:

“O aumento da dissolução matrimonial tem tido grandes implicações nos contextos onde as crianças são cuidadas e socializadas. Pouco mais de metade dos divórcios envolvem crianças com menos de 18 anos de idade. Mais de um milhão de crianças experimentam cada ano o divórcio dos seus pais e cerca de 40% de todas as crianças passam pelo divórcio dos pais antes de serem adultos. O alto

número de separação matrimonial, combinado com um aumento de nascimentos fora do casamento, significa que cerca de metade de todas as crianças habitarão pelo menos temporariamente em famílias monoparentais, normalmente com as mães. Devido ao re-casamento, cerca de uma em cada sete crianças reside actualmente com um pai/mãe e um padrasto/madrasta e cerca de uma em cada três crianças habitará com um padrasto/madrasta antes dos 19 anos”.

Talvez devido à grande quantidade de pessoas desiludidas com o casamento, este vínculo oficial, que implica um contrato entre os esposos para se unirem em matrimónio, está hoje em dia bastante desacreditado na sociedade ocidental. Noutros tempos, o casamento funcionava como uma verdadeira opção estável, protegida inclusive pelos estados e pela legislação. Instituições sociais como as Igrejas ou mesmo a tradição, mantinham o casamento como um vínculo seguro. A separação ou o divórcio não era fácil socialmente. Com a queda de determinadas barreiras e tabus, e também com a crescente desconfiança em vínculos definitivos, começou a assistir-se ao disparar dos números de casamentos que se dissolvem, terminando em separação. Poderia falar-se hoje na *normalização da separação* (Beck-Gernsheim, 2003, p. 50), que leva as pessoas a sentir bastante maior liberdade na hora de considerar a separação do casal. De facto, deixamos de ter um padrão moral de comportamento: o que era antes “normal” – o investimento no casal até às últimas consequências – passa agora para a raridade, enquanto que a separação, agora “normalizada”, passa a ser a solução mais evidente. Este fenómeno social tem como possível consequência um certo facilitismo com que se termina uma relação a dois e um projecto de família – as pessoas podem deixar de lutar pelo vínculo iniciado, devido a pequenos conflitos ou desentendimentos domésticos.

Não há dúvida que a desestruturação do grupo-família só pode trazer sofrimento a todas as partes envolvidas. É um projecto de vida em grupo que se converte num fracasso. Sejam quais forem os motivos da separação, a ausência de um ou dos dois pais exige da parte daquele que permanece e dos filhos uma adaptação, tanto ao nível afectivo, como ao nível funcional, da vida, das relações e das tarefas familiares. Ao nível afectivo, a criança deve buscar um complemento de afecto noutras pessoas pertencentes à família ou até mesmo de fora dela – amigos, educadores, vizinhos. Esta falta afectará o agregado de tal modo que cada um dos seus membros tem necessidade de se ajustar a uma nova comunidade.

No meio dum processo de divórcio, quem mais sofre são certamente os filhos, de certa forma as “vítimas”, já que a escolha do parceiro do casal não foi deles. Podem

gerar-se nas crianças sentimentos de “insegurança, culpabilidade, desorientação, dificuldades de identificação, desadaptação” (Oliveira, 2009, 25). Encontram-se numa situação injusta em que lhes é retirada aquela estabilidade à qual têm direito. Assistem ao conflito irresolúvel de dois adultos de quem gostam e que terão de repartir a custódia entre eles. Os pais irão disputar o tempo e a responsabilidade dos cuidados dos filhos, assim como a gestão difícil de continuar a sua educação. A situação mais comum é os filhos ficarem com a mãe e o pai ter direito a algum tempo (fins-de-semana) para passar com eles (Oliveira, 2009).

Além do sofrimento causado pela separação, mudança de ambiente, de escola e até de amigos, os filhos enfrentam-se com a possibilidade, caso a mãe ou o pai se recasarem, de serem forçados a integrar uma nova família com outra pessoa adulta com quem não partilham laços de sangue: o padrasto ou a madrastra. No caso dessa pessoa já ter filhos de outro casamento, existe ainda a possibilidade da introdução na nova família de meios-irmãos.

É inquestionável a instabilidade e confusão a todos os níveis que um divórcio, perda dum dos pais ou um re-casamento causam na vida duma criança. Naturalmente que esta situação poderá gerar reacções muito negativas nos filhos, deixando por vezes marcas na sua personalidade para toda a vida. Além disso, o descrédito em relação à instituição “família” é inegável, podendo levar a pessoa no futuro a recusar qualquer tipo de união de casal com outra pessoa.

Se é certo que muitas crianças vítimas de divórcios ou separação dos pais ficam afectadas negativamente, outras muitas há que resistem e se adaptam a um novo estilo de vida e de relações.

- A união de facto

Noutros tempos, o casamento era o acto oficial e social em que duas pessoas assumiam publicamente a sua mudança de estatuto social. Também com o tempo em que passavam da juventude para a vida adulta, deixando assim a casa dos pais. Era uma passagem natural e consensual, que confirmava a vontade dos noivos de formar uma nova família.

Hoje em dia, com o descrédito do casamento, o aumento da idade em que se atinge a vida profissional e adulta, a dificuldade em fazer compromissos, a maior regularidade com que se inicia a vida sexual, entre outros factores, o casamento, seja ele civil ou religioso, deixou de ser uma opção para muitos casais. É sobretudo a vida

sexual activa que aproxima a intimidade do casal e os faz considerar viverem juntos, ao início sem qualquer compromisso formal (Relvas, 2002). É de realçar o carácter de continuidade e gradualidade com que se passa da relação de namoro para a relação de casal. Muitas vezes, o momento que determina esta decisão é feito com naturalidade. Entre os mais jovens, a fuga do casamento tem que ver com a recusa da institucionalização do seu vínculo, embora na prática a vida e a relação dos casais juntos e os casados possa ser bastante idêntica.

Foram então surgindo outras formas contratuais que regulam a vida do casal. Estas soluções existiram sempre noutros momentos da história, embora antigamente se praticassem em muito menor número e na maior parte dos casos num clima de ocultação. Muitos casais tomam hoje a decisão de aderirem à chamada “*união de facto*” – um contrato verbal a termo incerto entre os dois esposos, de se manterem unidos, vivendo uma vida de casal no mesmo espaço. De tal modo esta prática tem vindo a acolher aceitação entre a população europeia que inclusive foi legislada em vários países, assumindo deste modo um carácter “legal”.

Questionamos esta opção, sobretudo quando é baseada na negação dum compromisso oficial e duradouro. Apesar de tudo, o casamento como acto social, oferece ao casal uma certa estabilidade e durabilidade. Não havendo quaisquer pressões ou compromissos oficiais, será bastante mais fácil que essa relação termine e cada uma das pessoas parta para outra relação. O casamento tinha e ainda hoje tem a virtude de exercer uma certa pressão, tanto na decisão do vínculo com o parceiro, como na decisão de o romper. De certa forma, obriga o casal a ter uma maior certeza e seriedade sobre quando e como dará esse passo.

- A monoparentalidade

As razões pelas quais uma mãe ou um pai podem ficar a viver sozinhos com o/os filho/s podem ser diversas. Certamente a mais comum será a separação ou o divórcio, número que tem aumentado exponencialmente nos últimos anos. Mas o fenómeno da monoparentalidade pode advir de outros factores, tais como: a fuga de casa, a viuvez, o trabalho distante, etc. Falamos de monoparentalidade quando os filhos vivem numa situação de maternidade e paternidade simples, com apenas um dos progenitores (Relvas, 2002). Geralmente, esta situação é sentida como um fracasso de uma relação de casal que não resultou e que se desfez. Daí que haja uma certa fragilidade no interior duma família monoparental. Primeiro, por uma questão prática: um progenitor

tem que cuidar do lar e dos filhos sozinho. Depois, pela mesma pessoa se ver obrigada a exercer uma multiplicidade de papéis: mãe, pai, tutor, amigo, encarregado de educação, único trabalhador do lar, etc. É bastante comum que os filhos mais velhos possam vir a assumir um papel de pais ou mães dos irmãos, devido a um vazio deixado por um deles. E ainda por uma questão social: o fracasso da relação e do projecto de casal pode ser vista pela família alargada e pelos companheiros de trabalho com algum desprezo (idem, p. 265).

As funções de maternidade e paternidade ficam assim concentradas na mesma pessoa. Não é por acaso que o casal é constituído por duas pessoas de sexos opostos. Muitos estudos se têm realizado acerca do papel específico de cada um dos progenitores na educação dos filhos e da sua complementaridade. A *parentalidade* é esta relação que a mãe ou do pai estabelecem com o filho. Antigamente, os papéis do pai e da mãe estavam mais bem definidos e diferenciados, quer seja por razões práticas, quer por razões sociais. Com os movimentos feministas, a maior abertura do mercado de trabalho para a mulher e uma organização social mais flexível, esta diferenciação tende a esbater-se ou confundir-se. O facto é que numa situação monoparental, os filhos ficarão sempre privados de um dos adultos do casal.

- Os casamentos homossexuais

Noutros tempos, os sujeitos que sentiam uma atracção por pessoas do mesmo sexo, não se afirmavam publicamente tanto como nos dias de hoje. Isto porque socialmente estas pessoas eram vistas como doentes, ou com um comportamento “desviante”. A orientação sexual era uma questão do foro privado e muitas pessoas escondiam esta sua tendência seja por vergonha, seja por medo, ou mesmo por não querer desiludir os seus parentes e amigos.

Hoje em dia, com a afirmação pública das liberdades dos indivíduos, os homossexuais foram perdendo as reservas de assumirem publicamente a sua orientação sexual. Fortalecidos pelo factor “grupo”, sentem-se apoiados por muitos outros e compreendem que não são os únicos e que a homossexualidade pode ser uma tendência “natural”, tal como a heterossexualidade. Não pretendendo entrar no longo e complexo debate acerca desta matéria, a verdade é que a aceitação social da união de duas pessoas do mesmo sexo, falando-se mesmo em “casamento”, é hoje aceite legalmente em muitos países da união europeia e do mundo. No que diz respeito à família, com o matrimónio homossexual, certamente que se abrem novas

possibilidades e modelos familiares que há uns anos seriam impensáveis. Um agregado familiar com dois pais ou duas mães lança-nos numa reflexão muito séria sobre a família, já que coloca em questão os próprios fundamentos do que entendemos por “família”. Eventualmente, podemos até falar em família tradicional e família moderna, abrindo inúmeras possibilidades quanto aos membros que a compõem.

8. Conclusão do 1º Capítulo

Depois desta vasta análise do problema sociológico e entrando ainda um pouco no campo da Psicologia, fica-nos a pergunta que guiará a nossa reflexão posterior: Estará a família em crise?

Perante os processos familiares que advêm da crescente vontade de individualização das relações e da satisfação da pessoa, ao ritmo das mudanças nos contornos da formação da família, poderíamos ser levados a pensar que o grupo “*família*” tem os seus dias contados. Beck-Gernsheim (2003), ao reflectir sobre o futuro da família, afirma que o processo de individualização conduz a duas coisas:

“a aspiração a uma parcela de vida própria e a nostalgia de uma vinculação, uma proximidade, uma comunidade. Nestas condições, a resposta à pergunta sobre o que virá depois da família, resulta muito fácil: A família! De outro tipo, melhor, a família pactada, a família em mudança, a família múltipla, resultante do fenómeno da separação, de novos matrimónios, de filhos de familiares teus passados ou presentes, meus, nossos” (p. 25)

A família dos nossos dias e do futuro tem tudo menos o sinal de estabilidade, está inserida numa dinâmica própria da era post-moderna, onde tudo muda, até as relações entre as pessoas, os vínculos e os compromissos. As vidas vão-se alternando entre fases diferentes: antes do casamento, depois do casamento, com certificado, sem ele...

Outra conclusão emerge: cada vez menos podemos contar com decisões a longo prazo, que sejam para sempre. Tudo vai sendo colocado em questão, reflectido, debatido. São inúmeras as perguntas que podem surgir no quotidiano prático duma família dos nossos dias: “Onde vivemos? Que tipo de casa queremos? Fazemos obras? Agora ou depois? Temos filhos? E se não pudermos, a que técnicas médicas recorreremos? Temos orçamento para os ter? E quando os tivermos, quem os leva à escola? Quem os ajuda com os TPC? Como passamos as férias? Quem limpa a casa e quem cozinha?” Muitas questões que antigamente, numa família clássica, nem sequer se colocavam, porque faziam parte de regras assumidas ou de tradições respeitadas,

hoje estão na ordem do dia. As vidas são complexas e obrigam as pessoas a irem-se adaptando pouco a pouco.

“O resultado é que a união familiar torna-se frágil, ameaçada pela ruptura, aí onde não tenham sucesso os esforços de sintonização. É verdade que os seres humanos continuam a viver com uma série de vínculos, mas estes vínculos são agora de outro tipo, no que diz respeito ao seu alcance, obrigatoriedade e duração” (idem, p. 28).

Muitas famílias desfazem-se e mudam, precisamente porque as mudanças no seu interior são tão fortes, que a união por elas constituída não se aguenta.

Confirmando-se estes dados, prevê-se que no futuro continuem a aumentar os casos de famílias fragmentadas, com mudanças de parceiros, mudanças de pais e convivências de pessoas que se agrupam segundo outros critérios que não são os de parentesco ou de consanguinidade. Contrariamente, poderão surgir outras tendências de pessoas que buscam na família um porto seguro e uma estabilidade de relações duradouras, que lhes permitam construir um projecto de vida com horizonte. Tais opções, porém, funcionarão sempre a contra-corrente de uma tendência social da elasticidade dos vínculos, dos grupos e dos compromissos.

Este panorama da família apenas reflecte o que se observa noutros campos da vida social, como seja, por exemplo, a vida profissional. Se em anos passados o trabalho gozava de uma estabilidade e segurança, contribuindo a legislação para uma protecção do trabalhador, a actual flexibilização do mercado de trabalho, assim como a precariedade de vínculos laborais confirma o sentido da fragmentação cultural também neste campo (Beck-Gernsheim, 2003).

Todos os indicadores sociais, que confirmam a fragmentação das relações, dos contratos, dos vínculos e dos planos a curto e longo prazo, afectam necessariamente a família, convertendo-a quase numa comunidade a termo incerto (idem, p. 80).

Assistimos a uma enorme diversidade de tipologias familiares, de opções de vida em comum, embora a sociedade actual continue a acreditar na vida familiar. Vão-se construindo percursos, mais ou menos ao sabor das conveniências e o casal e filhos vão convivendo com as mudanças e adaptando-se a elas, tanto por fora como por dentro. Os hábitos e as rotinas diárias, assim como as opções de habitação e de escola são, de certo modo, fáceis de assumir. Tornam-se bastante mais complexas as trocas de pais, de irmãos e de amigos, sobretudo quando muitas das relações na juventude conferem sentido e significado à vida da pessoa.

Perante estas problemáticas, poderemos responder à nossa pergunta inicial: Existe certamente uma crise nas relações entre as pessoas, na sua capacidade de assumirem compromissos, na fugacidade dos projectos iniciados com outros, e tantos outros factores sociais que conduzem a uma fragmentação da sociedade. A situação da família é já uma consequência de problemas mais vastos da cultura actual. Estas características levarão necessariamente as pessoas a buscarem *seguranças* afectivas, relacionais e grupais. Daí que se espere que os contornos da organização e funcionalidade da família se vão alterando, mas nunca cheguem a destruir-se completamente.

CAPÍTULO 2 – A FAMÍLIA COMO COMUNIDADE DE AMOR

9. Introdução ao 2º Capítulo

O propósito de Deus, em Cristo, para a Igreja, é uma realização humana em liberdade e comunhão. E toda a criatura deve contribuir para a concretização deste desígnio. De algum modo, todos os cristãos conscientes e coerentes com a sua fé se esforçam por viver este desígnio de salvação, nas circunstâncias concretas da sua vida e do seu estado.

Ao longo da nossa caminhada pelo mundo, vamos fazendo parte de muitas comunidades, nas quais criamos laços com muitas pessoas. Mas é na família, primeira e basilar comunidade humana, onde aprendemos os rudimentos da confiança, do respeito, da partilha e de tantos outros valores que derivam do amor. Aprendemos a amar com os nossos pais, daí que o grande pilar da família como comunidade de amor seja o sacramento do matrimónio e o amor entre os esposos. Como nos confirma o Papa João Paulo II,

“A família, fundada e vivificada pelo amor, é uma comunidade de pessoas: dos esposos, homem e mulher, dos pais e dos filhos, dos parentes. A sua primeira tarefa é a de viver fielmente a realidade da comunhão num constante empenho por fazer crescer uma autêntica comunidade de pessoas. O princípio interior, a força permanente e a meta última de tal dever é o amor: como, sem o amor, a família não é uma comunidade de pessoas, assim, sem o amor, a família não pode viver, crescer e aperfeiçoar-se como comunidade de pessoas.” (João Paulo II, FC, 18)

Neste segundo capítulo propomo-nos analisar os traços mais significativos e as respectivas fontes, que caracterizam a família como uma comunidade cristã. Faremos um percurso pela sagrada escritura e pelo Magistério, passando depois a tirar algumas conclusões teológicas. Estando a família radicada no matrimónio e no amor entre marido e mulher, analisaremos igualmente que tipo de amor esposal a Igreja defende que deva existir no matrimónio.

Por fim, veremos quais as características de qualquer comunidade humana, as relações entre os seus membros, e como a SSma. Trindade pode ser modelo de qualquer comunidade humana.

Tentaremos mostrar como as opções de tantos casais dos nossos tempos, que celebraram o matrimónio cristão, se devem alimentar do amor de Deus e do amor entre os esposos. Um matrimónio com condições ou a prazo nunca poderá dar origem a uma família verdadeiramente feliz, que seja testemunha do Reino de Deus.

10. A família nos documentos do Magistério

São numerosos os documentos do Magistério que nos falam da importância da família para o desenvolvimento e a realização humanas. Seleccionámos alguns que nos pareceram mais significativos em coerência com o nosso argumento. A instituição familiar, do ponto de vista cristão, constitui a primeira comunidade onde o ser humano cresce, se desenvolve e cria os primeiros laços de confiança com os outros.

10.1. *Gaudium et Spes*

Partindo do Concílio Vaticano II, a Constituição *Gaudium et Spes*, define de forma completa o que é a família cristã:

“A íntima comunidade da vida e do amor conjugal, fundada pelo Criador e dotada de leis próprias, é instituída por meio da aliança matrimonial, ou seja pelo irrevogável consentimento pessoal. Deste modo, por meio do acto humano com o qual os cônjuges mutuamente se dão e recebem um ao outro, nasce uma instituição também à face da sociedade, confirmada pela lei divina. Em vista do bem tanto dos esposos e da prole como da sociedade, este sagrado vínculo não está ao arbítrio da vontade humana” (GS, n.48)

A conhecida Constituição Pastoral do Concílio propõe-se como tarefa principal debruçar-se sobre os problemas humanos e sociais, declarando que a Igreja se sente em profunda comunhão com a humanidade. Na I parte, reflecte-se sobre o que a Igreja pensa sobre a vocação do Homem. Essa vocação implica a vida com os outros, alimentada de relações próximas e respeitadas, que pressupõem o diálogo e o trabalho em comum. Mas é na II parte do documento, onde o Concílio se debruça em alguns dos problemas do mundo actual, que surge, no Capítulo I, o tema da família. A *comunidade humana*, modo de vida ao qual são chamados os homens e mulheres, através de relações de profundo respeito e amor, tem a sua expressão mais concreta na vida familiar. Dentre os vários tipos de comunidades humanas, a família apresenta-se como aquela que nasce do amor entre o homem e a mulher (os esposos) e é com base nessa união de respeito e entrega mútua que se constrói um novo projecto de vida a dois, abençoado por Deus. Através do sacramento do matrimónio, os esposos selam o seu amor, “imagem e participação da aliança de amor entre Cristo e a Igreja” (GS). Passam assim a ser testemunho vivo da sua comunhão, vivida em fidelidade, cujo amor se torna fecundo com o dom dos filhos. Tratando-se dum Sacramento, esta união tem a garantia da bênção e da Graça de Deus, de quem procede todo o amor. Muitos casais sentem dificuldade nesta entrega total ao outro, precisamente porque não vivem o seu amor radicado e fortalecido pelo Amor de Deus. Mas também se encontram

muitas famílias onde se aprofunda a comunhão com Deus, sendo Ele a rocha que segura e fortalece a unidade através das tempestades da vida (Mt. 7, 25).

Começando por uma reflexão sobre o matrimónio e a família no mundo actual, o documento refere alguns dos problemas actuais que podem ameaçar o projecto de vida familiar, aludindo igualmente a alguns dos seus desafios, como seja o chamamento à santidade dentro do matrimónio. Segue-se um ponto acerca do amor conjugal, apelando à autenticidade, verdade, entrega e fidelidade dos esposos a esse amor.

A fecundidade do matrimónio é outro aspecto sobre o qual reflecte o documento. De facto, o amor do casal deve estar aberto ao maior dom desta união que são os filhos. Deste modo, Deus pede a colaboração dos pais na tarefa criadora da humanidade. Deus abençoa a família, confiando aos pais a responsabilidade de cuidarem e educarem os filhos, oferecendo-lhes uma educação que os ajude a crescer na sociedade e na Igreja. Esta tarefa deve ser realizada em profunda comunhão e colaboração, não esquecendo a necessidade de ir buscando a vontade de Deus nas circunstâncias concretas da vida familiar e social. Como atesta o documento,

“A família é como que uma escola de valorização humana. Para que esteja em condições de alcançar a plenitude da sua vida e missão, exige, porém, a benévola comunhão de almas e o comum acordo dos esposos, e a diligente cooperação dos pais na educação dos filhos.” (GS, n. 52)

Fala-se ainda no respeito pela vida humana, fazendo referência a este critério de base para todas as decisões, tantas vezes complicadas, que o casal tem de tomar. Referem-se alguns problemas morais que lhe estão associados, como seja o aborto, o infanticídio, o respeito nas relações sexuais, etc.

Finalmente, o Concílio anima os esposos à promoção e dignificação do matrimónio e da família, dando testemunho na sociedade desta forma tão nobre e santa de vida em comum, sobretudo num tempo em que o casamento vem caindo em descrédito pelos nossos contemporâneos. Através da fidelidade e perseverança,

“os cristãos, resgatando o tempo presente e distinguindo o que é eterno das formas mutáveis, promovam com empenho o bem do matrimónio e da família, com o testemunho da própria vida e cooperando com os homens de boa vontade; deste modo, superando as dificuldades, proverão às necessidades e vantagens da família, de acordo com os novos tempos.” (GS, n. 52).

10.2. Familiaris consortio

No ano de 1981, o Papa João Paulo II dirigiu ao povo cristão uma Carta apostólica sobre a família, intitulada *Familiaris consortio*. Este documento foi inspirado e motivado pelo anterior Sínodo dos Bispos, celebrado em Roma no ano anterior. Deste

Sínodo saíram algumas preocupações dos Bispos de todo o mundo, relativas às luzes e sombras do sacramento do matrimónio, assim como à situação de tantas famílias das suas Dioceses que mostravam, já naqueles anos, dificuldade em viverem a fidelidade ao sacramento do matrimónio.

O Papa começa a sua exortação fazendo o ponto da situação da família cristã, nos seus aspectos positivos, as suas riquezas e conquistas, assim como nas suas maiores dificuldades, face a uma cultura cada vez mais adversa aos valores fundamentais da família. Referindo-se à situação actual da família, o documento afirma:

“Por um lado, de facto, existe uma consciência mais viva da liberdade pessoal e uma maior atenção à qualidade das relações interpessoais no matrimónio, à promoção da dignidade da mulher, à procriação responsável, à educação dos filhos; há, além disso, a consciência da necessidade de que se desenvolvam relações entre as famílias por uma ajuda recíproca espiritual e material, a descoberta de novo da missão eclesial própria da família e da sua responsabilidade na construção de uma sociedade mais justa. Por outro lado, contudo, não faltam sinais de degradação preocupante de alguns valores fundamentais: uma errada concepção teórica e prática da independência dos cônjuges entre si; as graves ambiguidades acerca da relação de autoridade entre pais e filhos; as dificuldades concretas, que a família muitas vezes experimenta na transmissão dos valores; o número crescente dos divórcios; a praga do aborto; o recurso cada vez mais frequente à esterilização; a instauração de uma verdadeira e própria mentalidade contraceptiva” (FC, 6).

Perante estas forças contrárias, que deixam em tensão os cristãos que desejam viver o seu matrimónio em fidelidade, realizando através da família a instauração na sociedade do Reino de Deus, o documento desenvolve-se salientando o valor e a riqueza do sacramento e da família.

Reforçando muitas das ideias já anteriormente expressas na GS, fala-se sobre o principal fundamento do matrimónio, um Deus que é amor e que deseja estabelecer com os homens uma aliança de amor. Nesta comunidade doméstica, o Amor servirá de alimento à união dos esposos e à posterior procriação e educação dos novos membros que são os filhos. Além disso, a família é ainda sinal sacramental de Cristo, pela entrega generosa e pelo dom que o Senhor oferece à humanidade. Assim como Cristo tem a Igreja como esposa, assim os esposos devem amar-se, estabelecendo entre si uma união que será, também ela, testemunho salvífico. Como consequência,

“o matrimónio e a família cristã edificam a Igreja. Na família, de facto, a pessoa humana não só é gerada e progressivamente introduzida, mediante a educação, na comunidade humana, mas graças à regeneração do baptismo e à educação pela fé, é introduzida também na família de Deus, que é a Igreja.” (FC, 1981, 15)

Os outros aspectos e advertências derivam deste Sacramento e ajudam pais e filhos a realizarem com as suas vidas este ideal comunitário.

Numa frase emblemática, que ficou deste documento, o Papa exorta a família cristã “*família, torna-te aquilo que és!*” (FC, 17). Com este apelo, a família é chamada a realizar, tornar *carne*, aquilo que já é na sua essência, uma comunidade de vida e de amor, assumindo assim no mundo a sua missão cristã. O Papa desenvolve na 3ª parte os 4 deveres principais da família: a formação da comunidade de pessoas, o serviço da vida, a participação no desenvolvimento da sociedade, a participação na vida e na missão da Igreja.

A comunhão conjugal começa por ser indissolúvel – “não separe o Homem o que Deus uniu” (Mt. 19, 6) – como um projecto sem fim, mas vai mais além do âmbito do próprio lar. Esta comunhão, construída através de relações próximas, responsáveis e fecundas dos membros da própria família, depressa se deve abrir também à família mais alargada e às restantes relações e organismos sociais. Ressaltam-se assim os frutos produzidos por gestos e atitudes de respeito, obediência, disponibilidade, compreensão e perdão, testemunhados nas relações familiares (cfr. FC, 21).

Desde as questões morais inerentes à vida familiar, sobretudo na afirmação inequívoca da defesa da vida humana em todas as suas etapas, passando pelo valor e responsabilidade da educação, tanto vista como socialização, como a educação cristã, o Papa vai percorrendo as várias responsabilidades que a família, como Igreja doméstica, deve cumprir no seu caminho de felicidade e realização.

O Documento termina ainda com uma quarta parte dedicada aos problemas relacionados com a Pastoral familiar, seus desafios e fins. Adverte os responsáveis por este serviço eclesial para que sejam sempre fiéis à doutrina e aos valores de base, embora lhes peça que acompanhem com solicitude, dedicação e misericórdia os jovens e casais, de modo que estes, em qualquer encruzilhada da vida na qual se encontrem, possam discernir adequadamente as suas opções de casal e de família. Este acompanhamento e orientação firmes são da maior importância, num meio social em que os valores essenciais vão sendo progressivamente relativizados e desconsiderados, seja por modas, hábitos, falta de exemplos, ou mesmo pela comunicação social e cultura. No entanto, muitas são as situações de sofrimento e incerteza em que os cristãos se encontram, numa vontade sincera de aplicarem na sua vida de casal os valores defendidos pela sua Igreja. Daí que o Papa se mostra igualmente compreensivo

a todas estas situações de sofrimento, pedindo aos pastores que imitem a compaixão que Cristo sempre exerceu por todos os que mais sofrem.

Na conclusão da sua Carta apostólica, o Papa exorta os cristãos a que amem a família, apresentando como modelo a sagrada família de Nazaré:

“Amar a família significa saber estimar os seus valores e possibilidades, promovendo-os sempre. Amar a família significa descobrir os perigos e os males que a ameaçam, para poder superá-los. Amar a família significa empenhar-se em criar um ambiente favorável ao seu desenvolvimento.” (FC, 85)

10.3. Evangelium Vitae

Inspirado pela afirmação de Jesus “*Eu vim para que tenham vida e a tenham em abundância*” (Jo. 10,10), o Papa João Paulo II publica no ano de 1995 esta admirável Encíclica. Em tempos da história do Séc. XXI onde se verificavam (e ainda hoje verificam) abomináveis atropelos ao respeito pela dignidade e defesa da vida humana, vem reafirmar o primado da vida humana sobre todo e qualquer valor. Todo o homem e mulher de boa vontade reconhece no seu coração este valor essencial da sua vida e da dos demais seres humanos. Assim, afirma o Papa,

“O Evangelho do amor de Deus pelo homem, o Evangelho da dignidade da pessoa e o Evangelho da vida são um único e indivisível Evangelho.” (EV, 9)

Perante as muitas ameaças ao valor da vida, em formas já antigas e outras mais perversas e recentes, a Igreja levanta a sua voz para defender aquilo que a humanidade tem de mais básico e precioso – a vida humana e a sua dignidade – desde o seu início no seio materno até ao seu termo, na passagem deste mundo para Deus. Alguns destes atentados contra a vida, afirma o Papa no N° 11, realizam-se e engendram-se dramaticamente no interior da própria família, a qual é chamada a ser precisamente “santuário de vida”. Tal facto justifica-se pelas muitas dificuldades económicas, culturais e sociais que atravessam as pessoas e as famílias, deixadas sem apoios e sem ajudas de modo a poderem realizar a sua missão. A confusão moral pode agravar as decisões irreflectidas que algumas famílias poderão perpetuar contra a própria vida e dos seus filhos.

É no Cap. IV, intitulado “*A mim o fizestes*”, que o Papa desenvolve uma reflexão sobre a responsabilidade da família na defesa da vida. Fundada sobre o amor esponsal e sobre o matrimónio, cabe à família defender a vida das suas pessoas, preservando-a dos perigos e ataques que a ameaçam socialmente. É o refúgio natural de todo o ser humano, no qual pode encontrar segurança e paz, daí que

“o papel da família é determinante e insubstituível na construção da cultura da vida.” (EV, 92)

Na sua tríplice função de “anunciar, celebrar e servir o Evangelho da vida”, os pais devem dar o exemplo, passando aos filhos o apreço pela vida humana como dom, de modo que também eles possam aprender a fazer o mesmo com os outros. Através da educação, a família cumpre a missão de defender a vida, concretizando-a iniciando os filhos “na liberdade autêntica, que se realiza no dom sincero de si, e cultivam neles o respeito do outro, o sentido da justiça, o acolhimento cordial, o diálogo, o serviço generoso, a solidariedade e os demais valores que ajudam a viver a existência como um dom” (idem). Mais ainda, a família dá corpo ao Evangelho da vida quando celebra a oração diária, individual e familiar, a qual tem o sentido de agradecer pelo dom da própria vida, pedindo a graça para ultrapassar, com solicitude e esperança, os momentos de maior dificuldade e sofrimento. O Papa realça ainda de modo particular o valor da solidariedade, que tem a sua concretização mais significativa na disponibilidade para adoptar crianças sem lar nem família. Igualmente esta solidariedade deve ir mais além do próprio agregado, concretizando-se num serviço social, na colaboração com associações de defesa da vida e de voluntariado aos mais pobres. A participação da família no meio social é de grande importância, defendendo a vida também ao nível político, concretamente no contributo para a elaboração de leis justas e que defendam a vida. Exemplo disso mesmo foi o envolvimento público que muitas famílias demonstraram no debate social sobre o aborto, em que defenderam a vida desde a fecundação, contra uma lei que pretendia despenalizar a prática do aborto no nosso país.

10.4. A Família, esperança da Igreja e do mundo

Damos destaque ainda a um outro documento, uma Carta pastoral, editado pela Conferência Episcopal portuguesa, de 2004, intitulado *A Família, esperança da Igreja e do mundo*. No âmbito do 20º aniversário da Exortação apostólica *Familiaris consortio*, assim como a celebração do 10º Ano internacional da família, esta carta dos Bispos portugueses, vem oferecer uma válida reflexão sobre as principais responsabilidades, desafios e missão das famílias em Portugal.

Logo no início do documento, referem-se as principais razões pelas quais a família se reveste de primordial importância para a vida humana:

“Quando o homem chega a este mundo, é a família que o acolhe e é nela que ele aprende a dar os primeiros passos; é na família que ele encontra essa primeira teia de relações que o vão ajudar a

desenvolver todas as suas potencialidades pessoais e sociais; é na família que ele toma consciência da sua dignidade e que aprende os valores; é na família que ele se descobre como ser chamado à comunhão e ao amor; é da família que ele parte ao encontro da cidade e é à família que ele regressa em busca da força da comunidade. A família tem, portanto, um papel único e insubstituível na vida e na realização do homem.” (CEP, 2004, nº. 1)

A reflexão da carta apostólica vai elencando os aspectos centrais da vida numa família cristã, num discurso sistemático e coerente acerca do carácter cristão desta “Igreja doméstica”. Descreve a situação actual da família no nosso país, afirmando que esta deve fazer reluzir a sua luz e iluminar as suas sombras. Reconhece certamente as várias contrariedades sociais e políticas no contexto actual que dificultam a necessária santidade da família, como sejam o urbanismo, o desemprego, a injustiça fiscal ou a pouca protecção dada à maternidade. Aponta ainda algumas fragilidades internas à própria família, as quais podem comprometer a sua construção como comunidade estável. No entanto, o documento reafirma a solidariedade da Igreja no apoio prestado à família portuguesa, de modo que possa realizar a sua missão profética no mundo. Entusiasma todas as famílias para continuarem a ser testemunho cristão, com a ajuda do Espírito Santo, do amor de Cristo, de modo a falarem mais alto que todas as dificuldades e aceitarem o desafio do sacramento do matrimónio, encarnado nas circunstâncias concretas dos nossos dias. Por fim apresentam-se ainda algumas indicações pastorais, sobretudo nos apoios oferecidos pelos ministros eclesiais na correcta e profunda preparação dos jovens para o matrimónio, assim como na vivência da fidelidade ao amor conjugal ao longo de toda a vida do casal. Deste modo a família poderá ser portadora duma esperança que vai mais além dos pequenos fracassos e tropeços que o quotidiano possa trazer consigo, imagem do Reino de Deus, que é espaço de comunhão e de amor fecundos.

Podemos concluir que todos os documentos do Magistério falam da família como uma *comunidade de vida e de amor*. O ser humano é criado para o amor, pelo que só nele se realiza e encontra resposta para os seus anseios de felicidade e sentido pleno para a sua vida. Chamados por Deus, homem e mulher realizam-se numa união por amor que pode converter-se em projecto de vida, mediante a formação de uma *família*, a qual estará intimamente ligada ao Sacramento do matrimónio, de onde nasce a família cristã. O amor esponsal, sinal do amor de Deus, dá origem a esta “comunidade doméstica”. Ligados a este amor, lança-se o desafio aos esposos de alimentarem o seu amor, através do respeito, da comunicação, da intimidade na relação e da entrega

generosa um ao outro. Daí que a fidelidade seja uma virtude necessária para a construção da família. Ambos contam com a Graça de Deus, na imitação do Amor de Cristo para com a Igreja.

Um outro aspecto bastante sublinhado pelos documentos pontifícios é a formação de uma *comunidade de partilha de toda a vida*. Respeitando as diferenças, buscando colaboração, encontrando a complementaridade no quotidiano, os esposos e também os filhos, são chamados a viverem em espírito de entrega e serviço, buscando sempre a realização e felicidade dos outros. Esta busca de ultrapassar as diferenças, as dificuldades e desentendimentos, mediante a partilha de toda a vida, leva a família a viver em harmonia e paz.

A família converte-se portanto em *testemunho e sinal profético* do Reino de Jesus, anunciado por Jesus Cristo. Abre-se ao mundo e à sociedade, sendo luzeiro de esperança para os homens e mulheres do seu tempo.

Não menos importante é a abertura à *fecundidade e à procriação*. O casal abre-se ao dom de novas vidas com o acolhimento dos filhos. Logo, ampla atenção é dada nestes documentos ao cuidado, esmero, atenção e discernimento na educação e no crescimento saudável de cada filho, na sua individualidade, potenciando os seus sonhos e talentos, ensinando e transmitindo os principais valores cristãos através do exemplo e corrigindo os comportamentos que possam estar em desacordo com este projecto de vida. Assim se vai construindo esta comunhão do lar que potencia tudo aquilo que cada membro pode dar aos outros.

11. A família na Bíblia

Pretendemos agora buscar na Sagrada Escritura os fundamentos e aspectos relevantes que nos ajudam a aprofundar esta realidade à qual chamamos família. Começaremos pelo Antigo Testamento, passando depois para o Evangelho e as Cartas de S. Paulo.

11.1. Antigo Testamento

Para o povo Hebreu, a família é constituída por uma comunidade alargada que incluía todas as pessoas do mesmo sangue ou que viviam no mesmo espaço habitacional (McKenzie, 2003). O Pai, chefe da família, e a mãe presidiam a esta comunidade, embora fossem incluídos todos os outros membros que podiam não ser descendentes, como os escravos, servos ou hóspedes. Era a célula social mais reduzida

da organização do povo. Toda a vida social da história do Antigo Testamento se congregava em torno da unidade familiar, pelo que o indivíduo não podia subsistir senão ligado à sua família, seu sustendo e protecção (idem). A Festa mais importante para os Judeus era a Páscoa Judaica, celebrada em família, desde o tempo da saída da escravidão do Egito (Ex. 12), onde o membro mais novo começava por perguntar ao mais velho porque se celebrava aquela festa, ao que este respondia com o relato fundante da história da aliança do Povo com o seu Deus (Dt. 26, 5).

As profissões e o comércio eram hereditários, passando assim os ofícios de pais para filhos. Exemplo típico desta passagem de testemunho era o Sacerdócio em Israel, presente nos livros do Pentateuco, concretamente partindo da tribo de Levi.

Toda a realidade criada por Deus participa da intenção amorosa de Deus que dá o Ser a todas as suas criaturas. Mas são o homem e a mulher, criados à imagem e semelhança de Deus, que possuem toda a dignidade deste amor criador (Gn.1, 26-27). Como tão bem afirma a Carta dos Bispos,

“Ser “imagem e semelhança” de um Deus que é amor e comunhão pessoal significa que o homem é chamado a realizar a sua existência no amor e a dar testemunho do amor. “O amor é, portanto, a fundamental e original vocação do ser humano”. Assim, é no amor que o homem se realiza, que a sua existência se completa e adquire sentido pleno” (CEP, 4).

Homem e mulher são abençoados por Deus e é-lhes dada a missão, na complementaridade dos sexos, de crescerem e se multiplicarem, dominando sobre todos os seres vivos e povoando a superfície da terra (Gn. 1, 28). O amor entre os esposos deve ser sinal e revelação do Amor de Deus, presente na união conjugal. Ambos são criados da mesma natureza, como atesta o cântico de Adão no texto bíblico, “*osso dos meus ossos e carne da minha carne*” (Gén. 2, 24). Mas será na medida em que cada um deles seja capaz de “conhecer” o outro, de se transcender a si próprio, no outro, na relação de complementaridade, poderá fazer dessa união um caminho para Deus:

“Conhecendo o outro/a, o homem (a mulher) conhece-se a si mesmo, conhece a Deus e é chamado/a a prolongar a obra do criador. Porque desta relação expressa na integridade do conhecimento – inclusive carnal – nasce uma nova vida” (Coda, 1995, 201).

Por isso deixarão a casa dos pais para se unirem um ao outro, numa união heterossexual, cumprindo o desígnio de Deus de formarem uma nova família (Gén. 2, 25). Desta passagem deriva então o fundamento do Sacramento do matrimónio, fonte de vida e de amor vivida pelo casal e perpetuada nos filhos. Ambos, homem e mulher, possuem uma mesma responsabilidade nesta aliança de amor, sendo que o texto

“revela a igualdade essencial entre homem e mulher. Eles são *uma* e mesma criatura e têm *uma* dignidade humana. Trata-se, sem dúvida, de uma excelente exposição sobre a igual dignidade. O outro ponto é a mútua complementaridade, que se manifesta na ferida existente em nós e que nos conduz para o outro. (...) O que aqui parece ser dito, de forma simbólica, é que o ser humano está dividido e foi criado para o outro.” (RATZINGER, 2005, 75)

O texto do Génesis prossegue com o relato do pecado original. De facto, tantas vezes o Homem decidiu agir sem regras assumindo para si próprio egoisticamente este amor, fechando-se à transcendência e esquecendo a fonte original de onde lhe vem o dom do amor (Cfr. Gén. 3).

Mas é com o Profeta Abraão que Deus constrói uma nova aliança de amor, dando-lhe uma descendência de Sara, sua mulher, já na velhice, que será tão numerosa quanto as estrelas do céu (Cfr. Gen. 15, 5). Mais tarde, com Moisés, Deus irá confirmar esta aliança de amor com o Povo de Israel, da qual o matrimónio será sempre um sinal (Cfr. Ex. 19, ss). Por entre provas de amor, infidelidades e conversões, o caminho do povo pelo deserto, rumo à terra prometida, é de algum modo metáfora da mesma aliança fiel que o casal é chamado a seguir.

“Uma aliança é, em primeiro lugar, um pacto, uma associação, um acordo e um enlace. Implica, portanto, a união de duas partes (iguais em dignidade e compromisso, mas distintas nas capacidades) que concorrem para o mesmo fim. Certamente, formam o matrimónio duas pessoas diferentes – homem e mulher – que decidem «aliar-se» para realizarem um projecto em comum propício para os dois” (LÓPEZ GUZMÁN, 2011, 570)

Esta mesma aliança de amor de Deus com o povo é ainda expressa na sagrada escritura noutros livros e passagens. O livro do profeta Ezequiel, no Cap. 16, apresenta esta imagem de ternura no modo como Deus lavou, vestiu e adornou o seu povo como uma esposa, que se tornou numa beleza inigualável. Mas o povo foi infiel e traiu esse amor voltando-se para outros deuses. O texto apresenta-nos uma linguagem violenta, própria dum marido que está ofendido e revoltado com a sua esposa ingrata por tudo o que tinha feito por ela

“Por conseguinte, tu, prostituta, ouve a palavra do SENHOR. (...) Aplicar-te-ei o castigo das mulheres adúlteras e das sanguinárias; no meu furor e ciúme, entregar-te-ei à morte” (Ez. 16, 36-38)

Do mesmo modo, no livro de Oseias, o profeta usa a linguagem simbólica do amor apaixonado de Deus pelo povo pecador. Usando explicitamente a imagem do matrimónio, Deus expressa a sua relação com o povo como uma relação conjugal, dizendo que a sua esposa se prostituiu, voltando-se para outros deuses e não dando ouvidos ao Senhor. Então Deus, num gesto de compaixão, exclama:

“É assim que a vou seduzir: ao deserto a conduzirei, para lhe falar ao coração. Dar-lhe-ei então as suas vinhas e o vale de Acor será como porta de esperança. Aí, ela responderá como no tempo da sua juventude, como nos dias em que subiu da terra do Egito. Naquele dia - oráculo do SENHOR - ela me chamará: «Meu marido» e nunca mais: «Meu Baal.» (Os. 2, 16-18).

O coração de Deus é compassivo, como o de um esposo disposto a honrar a aliança de amor que assumiu com a sua esposa, pronto a perdoar e oferecer uma nova oportunidade. Finalmente, no Cântico dos Cânticos, um poema de amor, com alguns traços de erotismo, Deus utiliza de novo a imagem de dois jovens apaixonados que esperam ansiosamente o encontro, para simbolizar a sua relação com o povo. Pensa-se que o texto teria a sua origem num epitalâmio ou um cântico nupcial. Este poema lírico, duma beleza enorme, foi interpretado como a relação que tem Deus com o seu povo, ou até mesmo Cristo (esposo) com a sua Igreja. Poderia ainda abranger a relação íntima de amor que Deus tem com cada crente. Exalta-se a fidelidade, a expectativa, o desejo, que o amado sente pela amada e vice-versa. É de salientar ainda as imagens alusivas à beleza da natureza, à primavera como a estação em que tudo floresce e viceja (Cfr. Can 2, 11 ss).

Esta aliança de amor será transgredida muitas vezes pelo povo, mas nunca por Deus. Mais tarde, na instituição do matrimónio cristão como sacramento, três rasgos que o caracterizam provêm desta aliança de Deus com o povo (López Guzmán, 2011):

1. Fidelidade – *Para sempre* – qualidade que Deus sempre respeitou e nunca infringiu, embora os homens sempre a pusessem em causa, adorando outros deuses. Esta característica do matrimónio descansa o coração e dá segurança à aliança contraída pelas duas partes;

2. Indissolubilidade – *Abraço* – A encarnação é o compromisso total e definitivo que Deus assume com a humanidade. A partir desse momento histórico, Deus habita o humano e as duas partes nunca mais serão separadas. Esta característica está presente no matrimónio através da expressão “*serão os dois uma só carne*” (Mt. 19, 6);

3. Procriação – *multiplicando-se* – O amor verdadeiro (como o de Deus) não se fecha sobre si próprio, mas é fecundo, vai muito mais além dos dois que se amam, ao ponto de gerar uma vida nova. A vida entregue dá mais vida. Deste modo, através do matrimónio, os esposos tornam-se “co-criadores” com Deus.

11.2. Novo Testamento

Jesus, na sua infância, foi obediente aos seus pais. Viveu a sua vida oculta em Nazaré, como qualquer jovem Judeu da sua idade. No entanto, chegada a idade adulta, sai de casa para realizar a vontade de Deus e a sua missão profética. Várias passagens no Evangelho nos poderiam levar a pensar que Jesus era contra a família, já que rompe com o ideal da família tribal e patriarcal do seu tempo. Não seria certamente o primeiro a fazê-lo, já que a tribo dos essênios também se afastava da família de sangue para constituir comunidades nas montanhas e no deserto (Neves, 2005).

No Evangelho, Jesus parece declarar-se explicitamente contra a sua família de sangue. “*Quem são minha mãe e meus irmãos?*” E, percorrendo com o olhar os que estavam sentados à sua volta, disse: “*Aí estão minha mãe e meus irmãos. Aquele que fizer a vontade de Deus, esse é que é meu irmão, minha irmã e minha mãe*” (Mc 3, 31-35).

Esta atitude não é compreendida pelos seus contemporâneos, os quais chegam a pensar que está louco ou possuído dum demónio. Na verdade Jesus coloca-se noutro nível, quando aparentemente despreza a riqueza da sua família de sangue. “No fundo, o que Jesus afirma é apenas isto: chegou o tempo novo de pôr em prática a *vontade de Deus* (cfr. v. 35). (...) Nem Jesus está *contra* a família do sangue ou *contra* a família judaica. Ele está noutra dimensão ou noutro mundo cultural” (Neves, 2005, p. 80). O que Ele realmente propõe é que a sua verdadeira família vá mais além dos laços familiares naturais, estabelecendo-se na grande família cristã, daqueles que fazem a vontade de Deus.

Disso mesmo nos dá testemunho o Evangelho de Lucas, conhecido como o Evangelho da infância, que relata os primeiros anos da sua vida,

“depois desceu com eles, voltou para Nazaré e era-lhes submisso. Sua mãe guardava todas estas coisas no seu coração. E Jesus crescia em sabedoria, em estatura e em graça, diante de Deus e dos homens.” (Lc 2, 51-52)

Os cerca de 30 anos de vida oculta de Jesus, passou-os em Nazaré, aprendendo a ser Judeu e crescendo ao lado dos seus pais. No entanto, na sua pregação, Jesus defende um outro sistema familiar, afastando o ideal de família daquela que defendia a Lei rabínica. O texto de Mt. 19, 5-9 é basilar no que diz respeito ao matrimónio cristão, uma vez que confirma o que se dizia já no livro do Génesis acerca da união conjugal entre homem e mulher:

“Não lestes que o Criador, desde o princípio, fê-los homem e mulher, e disse: Por isso, o homem deixará o pai e a mãe e se unirá à sua mulher, e serão os dois um só? Portanto, já não são dois, mas um só. Pois bem, o que Deus uniu não o separe o homem.”

Desta passagem se deduz a sacramentalidade do matrimónio, assim como a sua indissolubilidade, que vem confirmada em várias passagens na rejeição do adultério (Mt. 5, 32; Mc 10, 11-12; Lc 16-18).

Jesus vem renovar e dar pleno cumprimento à antiga aliança que Deus tinha realizado com o seu povo, selando essa aliança com a sua própria vida, dando assim o testemunho último do amor. Ele veio para amar os seus que estavam no mundo e amou-os até ao fim (Jo. 13, 1). Deste modo, deu exemplo de como os cristãos em geral se devem amar e dum modo especial os esposos. Na verdade, Ele desafia-nos “*amai-vos uns aos outros, como eu vos amei*” (Jo. 15, 12). Por isso o amor de entrega total que os esposos demonstram e realizam é sinal do amor de Cristo com a sua Igreja.

Muitas são as passagens do Evangelho que têm relação com as Bodas nupciais. Desde logo, Jesus participa nas Bodas de Caná, onde, segundo S. João, realiza o seu primeiro milagre (Jo. 2, 1-12). A Parábola das Bodas do banquete nupcial, que Jesus utiliza para se referir ao Reino dos Céus (Mt. 22, 1-14; Lc 14,15-24) é também significativa da forma como Deus favorece a união dos esposos, participando e abençoando a sua alegria. Esta passagem é de certo modo vista como um sinal da nova aliança, quando Jesus converte a água da purificação dos Judeus em vinho para o banquete – a novidade do matrimónio Cristão, já não regido pela Lei, mas pelo amor e pela abundância. A passagem das dez virgens que esperam o encontro com o noivo para as núpcias (Mt. 25, 1-13; Lc 13,25-28) pode igualmente ser um sinal de Cristo que se apresenta como o noivo que virá em hora que não se espera.

S. Paulo apresenta-nos o matrimónio cristão como um grande mistério, incentivando os esposos a amarem-se do mesmo modo que Cristo ama a sua Igreja (Ef 5, 21-33). Estabelece assim um paralelo entre o matrimónio Cristão e a Igreja de Cristo. Como confirma o Papa João Paulo II (1998), na sua explicação extensa a propósito desta passagem,

“O autor apresenta o amor de Cristo à Igreja – esse amor que faz da Igreja o corpo de Cristo, do qual Ele é cabeça – como modelo das bodas dos esposos e como modelo das bodas do esposo e da esposa. O amor obriga o esposo-marido a ser solícito ao bem da esposa-mulher, compromete-o a desejar a sua beleza e, ao mesmo tempo, a sentir essa beleza e a cuidar dela” (p. 50)

Também o apóstolo confirma no v. 31 o ditame de Jesus “*o homem deixará o pai e a mãe, unir-se-á à sua mulher e serão os dois uma só carne*”.

Na primeira Carta aos Coríntios (1Cor. 7, 1-13), S. Paulo exorta os esposos à fidelidade e a manterem-se juntos, amando-se e cuidando-se mutuamente. Descreve, aqui e noutras cartas (p.e. Col. 3, 18-25), os direitos e deveres principais dos esposos e o modo como devem relacionar-se em ordem ao matrimónio. De igual modo, preocupa-se em dar orientações de como os cristãos se devem relacionar no seio da família, sempre na base do respeito, da paciência e da humildade. Tais atitudes farão parte dum caminho dinâmico de entrega mútua

“Os dois são chamados à santidade, à comunhão cada vez mais pessoal com o Santo que é Cristo, pelo recíproco e convergente fluxo do amor de Deus e do cônjuge, que nunca devem ser considerados em concorrência ou justaposição, mas de modo integrante e integrados do ser pessoal e do dom conjugal. (...) A felicidade, o amor e a fidelidade não são pois frutos do acaso, nem puro dom: são honesta, humilde, persistente, esforçada e lúcida construção do casal” (Fr. Bernardo, 1994).

Em muitas outras passagens das Cartas de Paulo (Col. 3; 1Pe. 3; Rom. 7) se encontram referências ou ensinamentos às relações dos esposos no matrimónio e às relações familiares. Na 1ª Carta aos Coríntios, em que se dirige a uma comunidade que vivia num porto, onde se misturavam culturas muito diversas, e onde se verificavam muitas irregularidades nas relações entre os dois sexos, um dos temas principais será a pureza das relações:

“Fugi da impureza. Qualquer outro pecado que o homem cometa é exterior ao seu corpo, mas quem se entrega à impureza, peca contra o próprio corpo.” (1Cor. 6, 18).

Depois de uma longa reflexão sobre o matrimónio e a virgindade, no Cap. 7, mais adiante, no Cap. 13, vv 1-13, Paulo oferece o conhecido hino ao amor, como um “*caminho que ultrapassa todos os outros*” (1Cor 12, 31). Descrevendo dum modo admirável em que consiste amar alguém e o que é o amor, faz a ligação entre a pureza e a fidelidade no matrimónio ao amor como fundamento das relações familiares.

11.3. A sagrada família como modelo

Na tradição cristã, podemos apresentar a Sagrada família de Nazaré como modelo das relações de entrega e de amor que devem alimentar o casal. Maria, chamada por Deus para ser mãe do Salvador, tem em vista unicamente fazer a vontade de Deus, entregando a sua vida à missão que lhe é confiada. Fiel até ao fim da sua vida, preocupa-se em amar o seu filho e o seu marido, mesmo que tantas vezes não compreenda totalmente o significado dos seus actos ou das suas palavras (cfr. Lc. 2, 48). Junto à cruz, passa pelo maior sofrimento que uma mãe pode passar,

acompanhando Jesus na sua entrega à morte. Aí lhe é confiada toda a humanidade, para a sua protecção maternal (cfr. Jo. 19, 25-27).

José, esposo fiel, colabora com os planos de Deus, acolhendo a sua noiva e Jesus, protegendo e cuidando da sua família com todo o seu amor e dedicação. Através do seu trabalho e como Judeu fiel, vive em Nazaré, cumprindo também ele o que Deus lhe pede através do Anjo do Senhor (Cfr. Mt 1, 18-25).

Pouco se diz no Evangelho acerca do dia-a-dia da sagrada família, sobretudo ao longo dos cerca de 30 anos da vida oculta de Jesus, embora a tradição da Igreja tenha sempre valorizado o papel dos pais de Jesus na colaboração que prestaram para que fosse possível o projecto redentor de Deus:

“Por misterioso desígnio de Deus, [na família de Nazaré] viveu o Filho de Deus escondido por muitos anos: é, pois, protótipo e exemplo de todas as famílias cristãs. E aquela Família, única no mundo, que passou uma existência anónima e silenciosa numa pequena localidade da Palestina; que foi provada pela pobreza, pela perseguição, pelo exílio; que glorificou a Deus de modo incomparavelmente alto e puro, não deixará de ajudar as famílias cristãs, ou melhor, todas as famílias do mundo” (FC, Conclusão)

De qualquer modo, a família de Nazaré pode servir de exemplo a qualquer família em vários aspectos. Em primeiro lugar, é uma união estável e duradoura entre um homem e uma mulher, que acompanham, são fiéis um ao outro e se completam nas suas funções de pai e mãe (Burggraf, 2001). Por outro lado, não era constituída apenas pela mãe (família monoparental) mas incluem os dois modelos (masculino e feminino) e modos de ver o mundo, de educar, e a diversidade na sua sensibilidade. Por fim, esta família é fecunda, não pelos frutos da procriação (outros filhos) que não os teve, mas pelos frutos espirituais. Ensina-nos que o amor vivido na família pode fazer bem a todos os outros que dela se aproximem, como certamente aconteceu com Maria, José e Jesus (idem).

Em Maria e José realizam-se ambos os tipos de amor, o esponsal e o virginal. Embora sendo pais e sendo o seu amor fecundo, vivem-no como um amor puro e casto. Cristo vai crescendo entre eles e estão chamados a transcenderem-se constantemente. Por isso, a sagrada família “emerge também pelo dom do Espírito Santo, como modelo de uma Igreja família e de uma família Igreja.” (Coda, 1995, 218)

12. O amor como fundamento da família

Uma família que pretenda realizar nas suas relações a sua vocação cristã e o seu projecto de vida, só tem um caminho: que as suas relações sejam inspiradas e

alimentadas pelo amor. De outro modo, não será uma verdadeira família, mas antes um grupo de pessoas que decidem viver juntas. Hoje em dia, muitas são as motivações que levam um casal a tornar-se família, ou seja, a casar-se: viver mais tempo com o cônjuge; fazer mais coisas juntos; ganhar independência dos pais; pela companhia de outra pessoa; pelo gosto ou o prazer; etc. Mas o verdadeiro fundamento do matrimónio e da família é, como temos vindo a constatar, o amor.

12.1. Os vários tipos de amor

Existe um só amor! Diz S. João na sua 1ª Carta, “*Deus é amor*” (1Jo. 4, 8). Deus não “tem” amor, não “oferece” amor, mas “é” amor. Daí que a origem de todo o amor está em Deus, o criador, que mantém todas as coisas criadas no amor. Pelo que, a primeira definição de *amor* que podemos apresentar é uma definição prática – é o acto ou acção de criar algo, dando algo de si. Porque é amor, Deus cria, constantemente, a cada momento, desde que o mundo é mundo. Não pode fazer outra coisa senão ser aquilo que é, convertendo-se naquilo que é.

S. João diz ainda: “*se nos amarmos uns aos outros, Deus permanece em nós e o seu amor chegou à perfeição em nós*” (idem, v. 12). Os seres humanos, como imagem e semelhança de Deus, participam desta capacidade de amar, não perfeita nem total, mas “aproximada”. Somos capazes de criar e de nos entregarmos por amor, tal como Deus. Nós não *somos* amor, mas somos *capazes de amar*, precisamente porque participamos da vida de Deus. A encarnação de Jesus Cristo aproximou-nos mais de Deus do que nunca – Deus fez-se Homem, para que o homem alcançasse Deus. Assim, apesar de não sermos ontologicamente *amor*, como Deus, temos um sem número de concretizações do acto amoroso em diversas actividades humanas e em relação a diferentes tipos de relações.

Temos que começar pela raiz etimológica da palavra *amor*. Vamos basear-nos na Encíclica do Papa Bento XVI “*Deus caritas est*” (2006). Do Grego, surgem-nos três vocábulos que têm matizes diferentes:

Eros – o amor erótico;

Philia – o amor de amizade;

Ágape – o amor comunhão;

O primeiro, o *Eros*, foi visto pelos gregos como a força divina, a o amor erótico que fazia com que o homem ficasse desprovido da razão e vivesse a loucura do desejo, lançando-se nos braços da sua amada. O segundo, a *Philia*, é um amor de apreço pelo

outro, de altruísmo e generosidade, de quem deseja conviver e conhecer alguém porque se encontra com agrado na sua companhia. É o amor de amizade, que aproxima as pessoas, cria confidentes e cúmplices, companheiros e apoios. Por fim, temos o *Ágape*, o amor comunhão, o amor que se entrega ao serviço daquele que se ama, até dar a vida. É o amor entre irmãos, pais e familiares. Um amor de afecto, sem interesses secundários.

“O ágape no Novo Testamento designa ao mesmo tempo esse amor de Deus pelo homem e esse amor fraternal entre os homens, e constitui uma exortação a amar tanto o próximo quanto o inimigo. Esse é o ponto de partida da mensagem de Jesus, inovando, dessa forma, o Judaísmo. De facto, nós encontramos o pedido para que se perdoe o inimigo (Eclo 28, 6), para que não se lhe recuse o pão (Pv 25,21), para que não se responda o mal com o mal (José e Aseneth 28,14) e para que se lhe faça o bem (Testamento de José 18, 2).” (Bobineau, 2010, 72)

Também é associado à comunhão duma refeição, já que é o termo utilizado no NT quando é referida a *fracção do pão*, refeição que Jesus toma com os seus discípulos. Assim, o Ágape compreende convite, convívio, festa, entrega, sendo sobretudo sinal de comunhão.

Apesar de todos estes matizes, a verdade é que os vários significados se completam entre eles. Hoje em dia, há uma tendência generalizada para confundir *amor* com *emoção* ou *sentimento*. Mas é uma ilusão, já que amar é um acto da vontade, em que eu me decido a entregar-me, com tudo o que sou e tenho, a uma pessoa; não é um momento passageiro, em que uma emoção forte aumenta a minha generosidade naquele momento, que depois se desvanece (Fenoy e Abad, 2001).

Quando alguém ama, é toda a pessoa que ama, sem tirar nada do outro ou mesmo sem depender do tempo. Ao amor pertencem a fidelidade, a compreensão, a generosidade e o sacrifício. Amar é dar tudo e dar-se inteiro ao outro.

12.2. Amor e matrimónio

Já vimos de muitos modos, ao longo deste trabalho, como o amor do casal revela, dum modo profético, o amor de Deus. Além disso é ainda sinal da união de Cristo com a Igreja. É um amor de entrega, total, que busca apenas o bem e a realização do ser amado. Através da união sacramental do casal, forma-se uma nova família cristã, abençoada por Deus e pertencente à Igreja.

- O Sacramento do Matrimónio

“Todo o tipo de amor contém, numa ou noutra medida, esta dimensão de desviver-se pelo outro e no outro. Mas poucos como o matrimónio alcançam a expressão de até onde chegou Deus na sua relação com o Homem, como concebe a complementaridade no ser humano e qual o grau (e a natureza) da sua proximidade. Por isso é um sacramento, isto é, um sinal que visualiza algo substancial do seu amor e que, por isso, o torna possível em nós”. (López Guzmán, 2011, 568)

Um sacramento deriva duma relação definida entre uma acção simbólica, composta pelo rito, e o significado eclesial dessa mesma acção (Flórez, 1995). Celebrado sempre no interior duma comunidade cristã, todo o sacramento incorpora os sujeitos nessa mesma comunidade. É um sinal eficaz da Graça de Deus, que é derramada sobre aquele(s) que o celebram. Os sacramentos estão todos subordinados a Cristo (sacramento original) e à Igreja, que os abarca a todos. Tendo a sua origem e fundamento em Cristo, pois são o prolongamento da sua presença no mundo, são também obra sua e conferem o seu Espírito àqueles que os recebem. Por isso se procura a fundamentação dos vários Sacramentos nos ensinamentos de Jesus e no Evangelho. Partindo então do Evangelho e da tradição, a maioria dos Sacramentos (o Baptismo e a Eucaristia, por exemplo) já se encontram no mandato de Cristo e desde cedo se praticaram na Igreja primitiva. Outros foram sendo clarificados ao longo da história da Igreja, através da fé dos povos e da tradição. Necessitaram a posterior reflexão teológica que não existia nas primeiras comunidades.

Esse foi o caso do matrimónio, que é um sacramento atípico, devido a ser de ordem natural. Não foi instituído num momento concreto, já que a sua sacramentalidade está assegurada por contribuir para a obra criadora e redentora de Deus, derivando “do facto de que o matrimónio é obra de Deus e adquire um significado próprio na comunidade santificada pelo graça de Jesus Cristo” (idem, 118). É uma realidade que pertence à condição da natureza humana.

Os argumentos que se poderiam invocar em favor da instituição do matrimónio como sacramento são:

“a tradição bíblica segundo a qual o matrimónio é querido por Deus, as promessas divinas que recaem sobre as famílias dos patriarcas e das pessoas favorecidas pelo Senhor, o ideal de matrimónio e de família que se apresenta nos escritos bíblicos como forma de vida que responde às aspirações humanas e religiosas do povo crente.” (idem, 119).

Os primeiros padres da Igreja e as primeiras reflexões teológicas foram orientadas nesta mesma linha de considerar a bondade e a dignidade do matrimónio cristão, sobretudo como forma de vida em família, segundo as exigências do Evangelho. A

convergência dos primeiros Padres orienta-se sobretudo em torno a um princípio teológico – considerando o matrimónio no contexto da graça de Jesus e da realidade da Igreja – e a outro moral – que assenta nas suas exigências éticas (idem, 129).

Embora a reflexão sobre o matrimónio como sacramento tenha sido uma constante ao longo de todo o período da Escolástica, será apenas em 1547, na 7ª sessão do Concílio de Trento, combatendo a doutrina de Lutero, que os 7 sacramentos, incluindo o matrimónio, se afirmam pelo Magistério como instituídos por Cristo e que conferem a Graça (idem, 168).

- O amor esponsal

Neste apartado sobre a relação entre amor e matrimónio, seguiremos sobretudo a reflexão de Karol Wojtyla, que por sua vez consiste num comentário à Encíclica *Humanae vitae* (Wojtyla, 2000).

Referindo-se às características do amor conjugal, o Papa Paulo VI afirma que “este amor é, antes de mais, plenamente humano, total, fiel e exclusivo e fecundo” (p. 334). É um amor que não deixa nada de fora, mas que entrega a própria vida ao outro. Os esposos completam-se um no outro, vencendo as diferenças e aceitando-se como são.

“Ao dar-se e receber-se mutuamente, provocam mudanças profundas, cada um em si e no outro, «criando» uma nova unidade existencial pelo seu amor, em que a vida se torna mais leve e o mundo se pode experimentar dum modo mais belo e luminoso. Cada um, de algum modo, vive no outro; e cada um se recebe de novo do outro. Não deixa de ser ele mesmo, mas é profundamente marcado pelo milagre do amor” (Burggraf, 2001, 337).

Assim deveria ser o amor de todos os casais que pedem à Igreja o sacramento do matrimónio. Bem sabemos, pela prática pastoral, que não é assim. Na cultura de hoje, há sempre excepções, parêntesis, condições. Nada é total nem definitivo, talvez pela velocidade com que se vive e o relativismo de toda a realidade. Mais adiante, Wojtyla selecciona a passagem da HV, 9 onde se explicita até onde vai este amor:

“É depois, um amor total, quer dizer, uma forma muito especial de amizade pessoal, em que os esposos generosamente compartilham todas as coisas, sem reservas indevidas e sem cálculos egoístas. Quem ama verdadeiramente o próprio consorte, não o ama somente por aquilo que dele recebe, mas por ele mesmo, por poder enriquecê-lo com o dom de si próprio. É, ainda, amor fiel e exclusivo, até à morte”

Ninguém é capaz, por si próprio, de amar assim. Este amor de doação total consiste num ideal e numa meta do casal. Cada um tem os seus limites, os seus dias melhores, em que a esperança o ajuda a ser positivo, e os seus dias piores, em que não se vê saída

e tudo parece sem sentido. Por isso os esposos se devem apoiar um ao outro, ajudando-se a não perder de vista o amor para o qual caminham, juntos.

Ao mesmo tempo, este amor não vem de nós, mas foi-nos dado participar dele pela presença de Deus na nossa vida (Rom. 5,5). O amor esponsal é um dom. É possível amar totalmente, quando se tem certeza de que o amor de Deus está por detrás, cobrindo as lacunas que se geram na pessoa.

- As principais características do amor esponsal

Podemos identificar um par de características específicas do amor entre os esposos, com a ajuda da reflexão de Jutta Burggraf (2001), sempre apontando para um ideal que deve ir sendo construído ao longo da vida.

1. Amor decidido – o amor parte da vontade e quando duas pessoas decidem casar-se, devem decidir-se a fazê-lo para sempre, lutando até ao fim por esse amor. Estão dispostas principalmente a construir um projecto de vida comum, que inclui uma fidelidade constante a essa vontade inicial. Nunca se sabe como o outro irá mudar e crescer, por isso é talvez este o maior risco que a liberdade humana pode aceitar – acompanhar o outro e mudar com ele, em constantes adaptações e com a firme confiança na sua fidelidade à vida a dois.
2. Amor desprendido – o amor deve deixar a pessoa preocupada com o essencial, em fazer o outro feliz, no meio de todas as tarefas e serviços que a vida acarreta consigo. Deve ser vivido com uma profunda liberdade interior, que é a condição prévia para a capacidade de amar. Se uma das partes depende da outra como a sua salvação, criará sempre dependências que não deixarão espaço ao amor autêntico.

Daí que os esposos tenham sobretudo uma grande responsabilidade em administrar e conduzir este amor, alimentando-o, cuidando dele, nunca deixando que Deus esteja ausente. Para além de dom, é também tarefa de cada um dos esposos.

Por ser um amor total (na expressão de Paulo VI), engloba toda a pessoa, nas suas várias dimensões e estas conferem-lhe pleno sentido: física, afectiva, espiritual e sobrenatural (Fenoy e Abad, 2001).

A dimensão física consiste na atracção instintiva das pessoas e conta com a expressão corporal do amor. Compreende as carícias, o contacto físico, a proximidade e intimidade, culminando no acto sexual dos esposos. Por ser positiva, traz consigo uma sensação de prazer, confirmando a bondade da união sexual, quando ordenado

moralmente. A união carnal do casal, da ordem natural, santifica e abençoa a família com as novas vidas dos filhos.

Quanto à dimensão emocional e afectiva, tem que ver com a sensibilidade dos pequenos gestos, que vão confirmando no dia-a-dia o acolhimento e a aceitação do outro. Ambos os esposos anseiam por se sentirem queridos. Esta dimensão pode ser concretizada de mil formas: através de carícias, palavras, pequenos gestos, atenções, simpatia, etc. Muitos casais tendem a menosprezar estes pequenos detalhes, pensando que são dispensáveis à relação do casal. Outros matrimónios vivem ainda a sua relação como quando eram namorados, onde, através destes detalhes, se trabalha pela conquista do ser amado. Estes descuidos, ao longo de anos de vida em comum, podem adormecer ou até murchar a relação amorosa do casal. Por vezes, basta dizer e fazer todas as coisas com delicadeza, respeito pelo outro e amabilidade.

A dimensão espiritual vai mais fundo ainda no coração das pessoas. Tem que ver com o alimentar os sonhos e os ideais comuns, o acolhimento e a escuta, a vontade de saber o que o outro prefere e do que mais gosta. Tantas vezes prende-se com as decisões de futuro, os investimentos do casal, procurando sempre cada um qual a vontade do outro, de modo a satisfazê-la. Outras vezes consiste em colocar-se na pele do outro, tentando compreendê-lo. Esta dimensão permite alcançar uma comunhão ao nível da pessoa inteira.

A dimensão sobrenatural faz sobressair a comunhão no Espírito Santo, que é oferecido por Deus na vida do casal. Já não são dois, mas um só, alcançando uma comunhão nova no amor. Esta presença actuante de Deus pelo sacramento recebido, investe os esposos numa vontade e capacidade de caminharem juntos, vencerem as dificuldades juntos, dedicarem-se e entregarem-se sempre um ao outro ao longo da sua vida.

O ideal seria que os esposos soubessem valorizar e investir em todas estas dimensões do amor entre marido e mulher. Por vezes, se alguma delas é deixada para trás, pode provocar problemas na vida da família e inclusive reflectir-se negativamente nos filhos.

O amor traz ainda associado a si um conjunto de valores que devem ser protegidos no matrimónio e na família. O primeiro e mais importante valor é o da pessoa humana. Cada um dos cônjuges deve valorizar o outro por aquilo que é como pessoa, corpo e alma, qualidades e defeitos, gostos e talentos. Todos os outros valores derivam deste, desenvolvendo-se no quotidiano da vida em família.

Uma outra consequência do amor do casal, já enunciada na HV, é a paternidade responsável. Se a união do casal possibilita o nascimento de uma nova vida, então a paternidade realiza a plenitude do amor conjugal. Os pais são responsáveis pelos filhos, desde a sua concepção até ao final da vida, precisamente porque foi o seu amor de casal que lhe deu origem. E esta paternidade é igualmente um dom por excelência, já que é Deus que concede à nova família os filhos, tornando-a cooperadora com a obra da criação. É Ele quem confere a responsabilidade de receber, nutrir, cuidar e acarinhavar a nova vida dos filhos.

Esta mesma responsabilidade leva-nos à *consciência recta* de cada uma das pessoas do casal. A consciência é o lugar onde se forjam as decisões morais que levam à acção, sendo portanto de central importância que, na intimidade e privacidade do seu lar, homem e mulher tenham uma consciência que esteja à altura da mesma responsabilidade à qual são chamados. Devem igualmente contar com a ajuda de Deus no seu discernimento, uma vez que a vida ética do casal cristão deve estar imbuída da oração e do Espírito Santo.

13. O conceito de comunidade humana

Desde sempre que o ser humano viveu e se organizou com os outros. Não é possível a sobrevivência ou a realização humana sem a relação com os outros. No entanto, devemos começar por distinguir uma associação em grupo, um trabalho em equipa ou mesmo a afiliação num clube, duma vida em comunidade. Podemos ter relações funcionais com as outras pessoas, relações de conveniência, relações de circunstância, embora todas elas não nos comprometam, não implicam o nosso envolvimento, a não ser num nível bastante superficial.

O conceito de comunidade humana vai um pouco mais longe, naquilo que é pedido às pessoas que a constituem. Segundo o Dicionário da língua portuguesa da Academia de Ciências, a palavra comunidade deriva do latim *communitas* significando aquilo que é comum. Comunidade consiste na

“qualidade daquilo que pertence a muitos ou a todos igualmente // conjunto de pessoas que vivem em comum e cujos recursos não são propriedade individual de nenhum dos seus membros // qualquer grupo social cujos membros têm em comum factores de ordem profissional, económica, social, ou outras características específicas” (Academia de Ciências de Lisboa, 2001)

A vida em comunidade, na generalidade dos casos, é uma opção livre dos elementos que a compõem. São unidos por um ideal, um modo de vida, objectivos

partilhados ou projectos que decidem desenvolver em comum. Implica um esforço de todos os membros para construírem laços e relações que vão para além das necessidades funcionais do quotidiano. Sobretudo, dentro duma comunidade, devem existir uma relação de confiança entre as pessoas, de modo que cada um se sinta parte integrante do grupo e se sinta um participante activo na vida desse grupo.

Uma comunidade contribui assim para a realização humana da pessoa que dela faz parte, estimulando-a a uma entrega dedicada aos ideais comuns. Esse empenho ajudará o indivíduo a encontrar a sua identidade pessoal com os outros. O crescimento pessoal depende da capacidade de todos de acolher, dialogar, receber e dar feedback, discernir com os outros, fazer seus os problemas alheios, etc. Sobretudo, as relações interpessoais devem ser vividas num clima de muita verdade e confiança, de modo que as relações entre os membros se possam ir fortalecendo (Domingues, 1990).

Todos estes princípios poderiam ser aplicados àquela comunidade à qual pertencemos sem termos a oportunidade de escolher: a família. Como já temos vindo a reflectir, o amor que deve atravessar as relações entre os esposos e entre pais e filhos, concretiza-se nestas atitudes de deixar que os outros me ajudem a crescer e aprender a ser cada vez melhor pessoa.

O termo comunidade pode ser usado em vários sentidos e ser referido a vários tipos de agrupamentos humanos, também eles, com vários interesses em vista: económicos, sociais, de lazer, de uma actividade concreta, etc. Pode chamar-se a uma autarquia uma *comunidade*, embora neste caso seja constituída pelas pessoas que naturalmente habitam naquela área geográfica. Há certamente um nível mínimo de partilha, ao nível dos deveres e direitos de cada indivíduo, embora este tipo de comunidades se desvie do sentido que aqui lhe queremos atribuir.

Na Bíblia, o conceito de comunidade é bastante complexo, pelo que iremos acenar apenas aos seus contornos fundamentais. No Antigo Testamento, o povo Judeu tinha uma consciência bastante forte de comunidade. O povo de Israel desde muito cedo fez a experiência de ser constituído como povo, chamados pela graça libertadora de Deus, sentindo o apelo a responderem com confiança à sua protecção e guia. Desde a libertação da escravatura do Egipto que o povo se uniu, estabelecendo uma aliança com Deus, o que lhes deu um forte sentido de união e comunhão em comunidade (Wall, 1992). Este forte sentido de corpo incluiu desde cedo uma dimensão ética, que lhes vinha da aliança, percebendo que a sua forma de vida e os seus valores eram necessários para a sua identidade de povo de Deus e constituintes da sua comunidade.

No entanto, a sua noção de comunidade foi-se modificando ao longo do tempo. A Sagrada escritura apresenta-nos modelos comunitários diferentes, consoantes a organização social, religiosa e política. Na época do Rei David, por exemplo, os interesses comunitários são substituídos pelos interesses de prosperidade e crescimento de cada um dos seus elementos, começando pelos do Rei, que liderava o povo (idem).

No Novo Testamento, Jesus não procurava fundar uma nova organização, mas a vontade do Pai leva-o a juntar um grupo de discípulos que passam a segui-lo. Apesar dos discípulos serem todos Judeus preocupados em seguir a sua tradição, a verdade é que surge uma nova comunidade em torno de Jesus. Sendo que os discípulos viam Jesus como o Messias, transferem o seu pólo e o fundamento do seu grupo comunitário de Deus, para o Mestre. Esta pequena comunidade entrou muitas vezes em conflito com outras comunidades existentes na época (os Fariseus, os Saduceus, os Essénios, etc.), a tal ponto que foi essa uma das causas que veio dar a morte a Jesus (Mt. 12; Lc. 6; Mc. 3).

Os ensinamentos de Jesus nesta pequena comunidade messiânica iam na linha de que o Reino de Deus estava para chegar e já tinha chegado. Pouco a pouco, os discípulos foram tomando consciência de que o Reino era uma promessa escatológica, a realizar-se no final dos tempos, mas também que se realizava já no presente

“Ide contar a João o que vistes e ouvistes: Os cegos vêem, os coxos andam, os leprosos ficam limpos, os surdos ouvem, os mortos ressuscitam, a Boa-Nova é anunciada aos pobres” (Lc. 7, 22).

Esta pequena comunidade de seguidores de Jesus tinha uma relação próxima, embora tivessem os seus momentos de competição e desentendimento. Nesses momentos, o Mestre repreendia-os e ensinava-lhes que deviam preocupar-se mais em servir os outros, do que ser servidos (Lc. 22, 24-30; Mt 20,20-28; Mc 10, 42-45; Jo 13,1-17). No fundo, Jesus queria que o sinal característico desta nova comunidade (que mais tarde tomou o nome de *Ecclesia*) fosse o amor e deixou esse desejo muito claro entre os seus discípulos:

“Dou-vos um novo mandamento: que vos ameis uns aos outros assim como Eu vos amei. Por isto é que todos conhecerão que sois meus discípulos: se vos amardes uns aos outros” (Jo. 13, 34-35).

Esta noção de comunidade passou depois, nos primeiros tempos da Igreja, já não apenas para o núcleo dos discípulos e apóstolos, mas para todos os Cristãos, que procuravam fazer do amor entre os irmãos e para com os inimigos, a sua marca distintiva (Act. 2, 42-47). Para além deste traço principal, esta nova comunidade tinha ainda três características ou qualidades, fruto do mandato de Jesus após a ressurreição:

é uma comunidade missionária; uma comunidade apostólica; e uma comunidade universal (Wall, 1992, 1106).

13.1. A família como a primeira comunidade humana

Como já temos vindo a considerar, a família é a primeira comunidade em que qualquer ser humano se insere na sua chegada a este mundo. Se é certo que nem todas as crianças no mundo beneficiam do direito basilar de nascer e crescer numa família com pai e mãe, a grande generalidade dos seres humanos podem usufruir desta experiência. Vimos também como são cruciais os primeiros anos de vida no seio da família, não só ao nível da nutrição, cuidados primários e crescimento físico, mas também, e sobretudo, ao nível dos cuidados humanos e do afecto que a criança vai recebendo dos pais e irmãos.

No interior da família, a vida em comunidade proporciona ao novo membro a satisfação das suas necessidades mais básicas. A par desse processo, transmite-lhe também a confiança necessária para que ele possa começar a arriscar uma relação de entrega cada vez maior e mais consciente aos seus familiares e, no futuro, aos outros seres humanos com quem contactará.

13.2. A SSma Trindade como fundamento de toda a comunidade de amor

Debruçamo-nos agora sobre a questão complexa e extensa sobre a fundamentação da família como a comunidade/grupo natural onde qualquer ser humano deve viver e crescer. Não pretendemos elaborar uma reflexão aprofundada sobre o tema, mas antes acenar a algumas das suas implicações, tentando, depois do percurso realizado até aqui, defender que a origem da família humana se situa na comunidade da SSma Trindade.

De modo a simplificar a nossa reflexão, iremos guiar-nos pelo artigo de Piero Coda “*Família y Trinidad*” (Coda, 1995), inserido na XXIX Semana de estudos trinitarios, da UP de Salamanca, com mais alguns matizes de outros autores.

Para descobrir a originalidade e identidade da família humana como comunidade de amor, temos de recorrer à revelação bíblica e cristã sobre a auto-comunicação amorosa da Trindade, que nos ajuda a desvelar um pouco mais o mistério que constitui a família cristã. Desde logo, constatamos que toda a criação e toda a história da humanidade está atravessada e mergulhada pelo amor de Deus. A Criação inteira é

lugar de revelação dum Deus que é Amor e que se apresentou em Jesus Cristo como Pai, Filho e Espírito, como a sua chave de revelação definitiva.

Desde o AT que o Povo de Israel tinha intuído esta vocação e identidade do ser humano para a complementaridade com o outro e com o Deus da Aliança. O homem e a mulher, imagem de Deus, reconhecem-se na união do casal, pois participam desta busca de Deus pelo seu povo. Um bom exemplo dessa busca é o Cântico dos Cânticos, em que a amada anseia pelo seu amado.

No NT, como já pudemos ver, a referência às Bodas messiânicas do Cordeiro, que atravessam todo o Evangelho, são sinal da união sponsal e do amor que é festa e comunhão. Com base no acontecimento pascal de Cristo morto e ressuscitado, estabelece-se a nova e definitiva aliança de amor. Este é o marco dentro do qual a nova comunidade apostólica encontra a sua participação no Espírito Santo, e consequentemente o sentido cristão do matrimónio e da virgindade.

S. Paulo, através da carta aos Efésios (Ef. 5, 21-33) realiza a síntese necessária, estabelecendo a ligação entre Cristo e a Igreja, como já lhe estava destinada desde sempre e para sempre.

“Na leitura de Paulo, a protologia e escatologia (já acontecida, mas ainda por consumir-se), como «alfa e ómega» do desígnio de Deus sobre a humanidade em Cristo, revelam-se e realizam-se no acontecimento pascal e através da gramática da sponsalidade. O destino sponsal de Cristo à Igreja é o paradigma da sponsalidade de Adão e Eva” (Coda, 1995, 205).

Esta união e destino de Cristo com a Igreja torna-se o sinal dos novos céus e da nova terra.

No mistério pascal, Deus Pai leva Deus filho à cruz, manifestando o seu amor pela humanidade. É amante, amado e o amor torna-se presente no mesmo acto da entrega. Por isso quando dois esposos se entregam um ao outro, na Igreja, *como* Cristo se entregou à humanidade, Ele está no meio do casal e torna-se presente no amor dos esposos (cfr. Jo 15, 13). Estes não só participam do amor trinitário, como o actualizam em si próprios, convertendo-se em *um só corpo* ou *uma só carne* e na sua família.

Esta mesma entrega tem o seu sinal na Eucaristia, lugar onde Cristo se entrega à Igreja e onde os esposos, entregando-se mutuamente, imitam a Cristo e por isso mesmo também *eucaristizam* (idem, 207) a sua comunhão de casal. Esta *koinonia* dá vida ao próprio Cristo, através do Espírito Santo, que se torna presente no meio dos esposos, dando-lhes a vida verdadeira. Pode então fazer-se aqui um paralelo entre o

mandato do Génesis “serão uma só carne” e a Oração sacerdotal de Jesus, em que pede ao Pai

“Eu dei-lhes a glória que Tu me deste, de modo que sejam um, como Nós somos Um. Eu neles e Tu em mim, para que eles cheguem à perfeição da unidade e assim o mundo reconheça que Tu me enviaste e que os amaste a eles como a mim” (Jo. 17, 22-23)

Assim, na união perfeita do casal, Cristo torna-se presente, através do Pai e com o Espírito Santo, razão pela qual o matrimónio participa inteiramente na comunhão de amor existente no seio da SSma. Trindade. Pela mesma lógica, esta vivência do amor em casal pode ainda ir mais longe e realizar-se na prática duma outra comunhão, a do mandamento do amor entre os irmãos: “*amai-vos uns aos outros como Eu vos amei*” (Jo. 15, 12). Se amarmos verdadeiramente os irmãos, já não seremos distintos, mas seremos um só em Cristo (cfr. Gál. 3, 28). Pelo amor, o Reino escatológico que está para vir e realizar-se totalmente em Cristo, começa já a realizar-se neste mundo, através da Igreja, mas mediante o amor de Deus que cria, nos cristãos, comunhão verdadeira.

Como conclui Coda, “por meio de Jesus crucificado e ressuscitado e no seu Espírito, realiza-se «assim na terra como no céu». É nesse momento e neste horizonte, como se pode captar em toda a sua densidade o discurso sobre a analogia ou, melhor, sobre a «sacramentalidade» trinitária – antecipada já no mistério da criação – da relação entre o homem e a mulher no matrimónio e na virgindade” (idem, 212).

A participação da família na Trindade vem já desde a expressão assumida pelo Concílio Vaticano II “Igreja doméstica”, referindo-se à família. Esta está vocacionada a ser Igreja e assim reciprocamente. E esta vocação é mais do que uma imagem, mas é sinal e instrumento eficaz de Cristo, ou seja, é sacramental. Os documentos da tradição não se cansam de expressar esta ligação entre a família e a Igreja, realizando no amor esponsal a mesma comunhão existente na Trindade.

“se a história da salvação nos mostra o reflexo recíproco da Trindade na família e da família na Trindade, então – na plenitude dos tempos já presente mas ainda não consumada – os cristãos estão chamados a realizar o reflexo recíproco da família na Igreja e da Igreja na família. Assim é como família e Igreja, compenetrando-se, podem converter-se em «ícones da Trindade»; que anunciam, testemunhando-o, o amor de Deus, em Cristo, pela humanidade” (idem, 216).

O que Jesus pede é que as relações vividas na família sejam de tal forma que os esposos, pais e filhos, vivam e se relacionem como se do próprio Cristo se tratasse, realizando e antecipando já as relações que se viverão no Céu. Envia-nos o seu Espírito, o qual torna possível este tipo de amor divino, por cima e mais além, quase

que sublimando as amizades humanas. O próprio Jesus considera os familiares como aqueles que ouvem a vontade de Deus e a põem em prática (cfr. Mt. 12, 49-50). Pretende transformar todas as relações humanas, por mais próximas e íntimas que possam ser, em relações trinitárias, um amor total de entrega e serviço recíproco.

14. Conclusão

Depois desta reflexão que acabámos de fazer, verificamos que o único fundamento possível para um matrimónio e uma família cristãs é o amor entre os vários membros da família. Muitos são os matrimónios consumados sem a consciência das exigências do amor como doação e entrega, até às últimas consequências. Daí que o panorama social actual seja aquele que apresentámos no 1º Capítulo.

Porque o ser humano é finito e incapaz de realizar por si só este amor, deve contar com uma comunhão com Cristo e com a Igreja, alimentando-se do mesmo Amor que os une. Só Deus, que é Amor, pode ser sustento para tal relação, de modo que entranhe o projecto familiar e lhe dê consistência e perseverança. Preocupado com esta realidade, o Papa não se cansa de exortar os jovens a viverem deste amor:

“ Queridos jovens (...) tende, sobretudo, um grande respeito pela instituição do Sacramento do Matrimónio. Não poderá haver verdadeira felicidade nos lares se, ao mesmo tempo, não houver fidelidade entre os esposos. O matrimónio é uma instituição de direito natural, que foi elevado por Cristo à dignidade de Sacramento; é um grande dom que Deus fez à humanidade. Respeitai-o, venerai-o. Ao mesmo tempo, Deus vos chama a respeitar-vos também no namoro e no noivado, pois a vida conjugal que, por disposição divina, está destinada aos casados é somente fonte de felicidade e de paz na medida em que souberdes fazer da castidade, dentro e fora do matrimónio, um baluarte das vossas esperanças futuras” (Bento XVI, 2007)

Concluindo, poderíamos tirar muitas ilações pastorais desta reflexão. Os pastores da Igreja devem cuidar da preparação dos noivos para o casamento, ajudando-os a tomar consciência do amor com que devem alimentar o seu vínculo e a sua comunhão de casal. Não é suficiente, na cultura actual, um breve curso de preparação para o matrimónio (CPM) como base onde assente o futuro matrimónio. Esta realidade requer dos ministros consagrados uma disponibilidade de preparação e acompanhamento dos novos casais que permita a constituição de famílias enraizadas em Cristo e solidificadas no Amor de Deus.

CAPÍTULO 3 – ANÁLISE PEDAGÓGICO-DIDÁTICA DA UL 3

Após a análise aprofundada do tema da 3ª Unidade Lectiva do 6º ano, leccionada no Estágio de Prática Pedagógica supervisionada, podemos agora fazer uma breve reflexão sobre a aplicação pedagógica do tema deste trabalho. Pretendemos rever criticamente as competências específicas propostas no Programa de EMRC para esta UL, oferecendo de seguida uma proposta coerente, com vista nos aspectos que nos parecem mais relevantes para estas idades.

15. As competências específicas da UL 3

No Documento *Programa de EMRC para o Básico e Secundário*, (SNEC, 2007) o conceito de competência apresentado consta dos seguintes pontos:

- Mobilização de conhecimentos, atitudes, comportamentos, valores e capacidades;
- Para enfrentar adequadamente variadas situações da vida
 - Resolução de problemas
 - Tomada de decisões
 - Atingir objectivos pessoais, sociais ou profissionais
- Para a progressão na construção de conhecimento cada vez mais complexo

Partindo desta definição de competência, a disciplina de EMRC pretende activar ou dar uso prático aos conhecimentos adquiridos e não apenas que os alunos “aprendam” a matéria. Nesta UL em concreto, os conteúdos relacionam-se dum modo bastante directo com a experiência de vida de cada um dos alunos. Serão capazes, com muita facilidade, de reflectir sobre a sua própria família e avaliar o modo como o amor circula entre os seus membros e constrói uma comunidade unida e em comunhão. Poderão igualmente perceber se eles próprios têm participado activa e eficazmente na construção dessas mesmas relações. Os saberes aprendidos nas aulas devem poder ser aplicados em vários contextos vitais, permitindo aos alunos aprofundar a forma como vivem este amor, adaptando-se aos desafios que a sua experiência lhes vai pedindo.

Será, portanto, fundamental reflectir e examinar a própria experiência familiar, de modo que possam posteriormente actuar sobre ela, modificando comportamentos, construindo novas atitudes ou mesmo encontrando soluções para os seus problemas. As competências adquiridas convertem-se em ferramentas válidas para a mudança de vida e para a construção de comunidades de amor.

As competências dividem-se em dois tipos: as gerais (definidas para todo o ensino básico e que todos os alunos devem adquirir) e as específicas, aplicadas em cada etapa

do processo de aprendizagem ou em cada disciplina. Para o 6º ano, as competências propostas pelo Programa de EMRC são as seguintes:

1. Reconhecer, à luz da mensagem cristã, a dignidade da pessoa humana.
5. Interpretar produções culturais (literárias, pictóricas, musicais ou outras) que utilizam ou aludem a perspectivas religiosas ou a valores éticos.
6. Interpretar criticamente episódios históricos e factos sociais, a partir de uma leitura da vida fundada em valores humanistas e cristãos.
9. Organizar um universo coerente de valores, a partir de um quadro de interpretação ética humanista e cristã.
10. Mobilizar princípios e valores éticos para a orientação do comportamento em situações vitais do quotidiano.
12. Relacionar-se com os outros com base nos princípios de cooperação e solidariedade, assumindo a alteridade e diversidade como factor de enriquecimento mútuo.
14. Identificar o núcleo central constitutivo da identidade do Cristianismo, particularmente do Catolicismo.
23. Interpretar textos fundamentais da Bíblia, extraindo significados adequados e relevantes.
24. Reconhecer as implicações da mensagem bíblica nas práticas de vida quotidiana.
25. Interpretar produções estéticas de temática cristã, de âmbito universal e local.
26. Apreciar produções estéticas de temática cristã, de âmbito universal e local.

Podemos apresentar algumas críticas a estas competências específicas para o 6º ano, no modo como estão redigidas e a sua viabilidade na prática pedagógica em contexto de sala de aula.

1. Encontramos vários verbos que aludem ao campo do *saber cognitivo*, mais do que ao *saber fazer*: Reconhecer (comp. 1, 24), interpretar (comp.5,6,23,25), identificar (comp. 14), apreciar (comp. 26), etc. Os verbos usados para uma competência devem ser coerentes com a definição que apresentámos de competência. Pelo que devem ser verbos que permitam ao alunos activar conhecimentos, convertendo-os em acção;

2. Como podemos avaliar se o aluno sabe “*reconhecer a dignidade da pessoa humana*” (comp. 1) ou “*Mobilizar princípios e valores éticos para a orientação do comportamento em situações vitais do quotidiano*” (comp. 10)? A linguagem destas competências parece vaga e abstracta para alunos do 6º ano. Mais ainda, torna-se complexo avaliar se o aluno adquiriu estas competências ao longo do ano escolar;

3. Perguntamo-nos o que poderá interessar a alunos do 6º ano (10-11 anos) “*interpretar produções estéticas de temática cristã*”? E como os podemos motivá-los para o fazerem? Aprender a ver um quadro, a reconhecer a beleza dum poema... não parecem assuntos pelos quais um pré-adolescente possa ineteressar-se.

4. Algumas destas competências tendem a tornar-se *endoutrinadoras*, isto é, a querer forçar a aceitação dos valores cristãos, quando a aula de EMRC surge (como em qualquer outra disciplina) como uma proposta de visão da realidade.

Podemos verificar que algumas destas competências deveriam ser reformuladas, permitindo oferecer aos alunos realmente o confronto com a sua própria realidade, confrontando-a nos seus problemas e decisões.

16. Os temas e os conteúdos da UL 3

Convém salientar que os conteúdos são a base de conhecimentos e o conjunto de procedimentos que são requeridos aos alunos para que possam tornar-se competentes, capazes de fazer deles um uso inteligente. Deste modo, não há aquisição de competências sem aprendizagem de conteúdos. A finalidade última das aprendizagens não pode ser apenas a memorização dum conjunto de saberes, mas o seu uso, para responder às solicitações da vida e para desenvolver as competências vitais.

Os temas e conteúdos propostos nesta UL são os seguintes:

- A família de Nazaré: estrutura e modelo
- Tipologias de famílias
- Funções dos membros adultos da família
- Função humanizadora da família:
- Condições de vida favoráveis à família (direitos das famílias e obrigações do Estado; cf. Pont. Conselho para a Família. 1983. *Carta dos Direitos da Família*)
- Valores para a vivência da vida familiar
- O lugar dos mais velhos no ambiente familiar
- Enumeração das tarefas familiares
- Participação e corresponsabilidade em algumas tarefas familiares
- Quando a família não cumpre o seu dever: intervenção do Estado e da soc. civil na construção de condições favoráveis ao crescimento das crianças (SNEC, 2007)

Também a escolha dos conteúdos para esta UL pode ser alvo de algumas dúvidas. Sendo que se confere ao professor a liberdade de seleccionar os conteúdos programáticos segundo critérios que lhe pareçam ajustados, poderemos propor alguns dos conteúdos que nos parecem mais importantes, com base na reflexão deste trabalho:

1. O matrimónio cristão, como proposta de união dos esposos, em fidelidade e entrega mútua;
2. O Amor como base e fundamento de todos os valores na família;
3. Funções da família e sobretudo a função humanizadora;
4. As relações familiares – respeito, solidariedade, entreaajuda, afecto, confiança...;
5. O serviço ao outro – concretização do amor e caminho de felicidade;
6. O respeito pela vida e pela dignidade humana na família;
7. A família de Nazaré – estrutura e modelo de vida cristã.

17. Proposta de organização e programação da UL 3

ESCOLA EB 2/3 SOARES DOS REIS	Professor	SITUAÇÃO DE APRENDIZAGEM			
Disciplina: EMRC	Lourenço Eiró	Ano	Turma	Unidade Lectiva – 3	Tempo Previsto
		6º	E	A família – comunidade de amor	7 Aulas
OBJECTIVOS GERAIS					
<p>1. Interpretar produções culturais que aludem a modelos familiares distintos, analisando causas e consequências dos modelos emergentes. Apresentar a família de Nazaré como um possível modelo familiar (Comp. 5, 6, 25 e 26).</p> <p>2. Organizar um universo de valores fundado no reconhecimento da dignidade humana e dos direitos primordiais das crianças. (Comp. 1 e 9)</p> <p>3. Organizar um universo de valores fundado no reconhecimento da dignidade humana, nos direitos da família, identificando factos sociais desfavoráveis à vivência da vida familiar. (Comp. 1, 6 e 9)</p> <p>4. Interpretar textos bíblicos sobre valores relevantes para a família, identificados com o núcleo central da mensagem cristã, reconhecendo as suas implicações na vida quotidiana. (Comp. 14, 23 e 24)</p> <p>5. Relacionar-se com os idosos com base nos princípios de cooperação e solidariedade, reconhecendo a sua dignidade na família. (Comp. 1 e 12)</p> <p>7. Mobilizar os valores da cooperação, da solidariedade e da entreaajuda na construção da vida familiar. (9, 10 e 12)</p> <p>8. Interpretar factos sociais desfavoráveis à vida familiar, mobilizando valores e atitudes que sejam respostas adequadas aos problemas identificados. (Comp. 6, 9, 10 e 12)</p>					
CONCEITOS ORGANIZADORES					
<p>1. O matrimónio Cristão</p> <p>2. O Amor – base e fundamento da família</p> <p>3. Funções da família</p> <p>4. Função humanizadora</p>			<p>5. Os membros da família e suas relações</p> <p>6. O serviço ao outro</p> <p>7. O respeito pela vida</p> <p>8. A família de Nazaré</p>		
CONTEÚDOS COGNITIVOS		CONTEÚDOS PROCEDIMENTAIS		CONTEÚDOS ATITUDINAIS	
<p>1. Sabe definir o que é a família</p> <p>2. Conhece o matrimónio cristão, seus ritos e exigências</p> <p>3. Sabe quais as funções da família</p> <p>4. Entende o significado e a importância da função humanizadora</p> <p>5. Distingue os vários membros da família e suas relações</p> <p>6. Conhece as implicações do serviço na vida familiar</p> <p>7. Sabe o que significa o respeito pela vida humana</p> <p>8. Conhece a constituição da família de Jesus e a sua história</p>		<p>1. Procura na Bíblia os principais textos que se referem à família</p> <p>2. Elabora e assume a responsabilidade numa escala de tarefas domésticas</p> <p>3. Cumpre na sua família as principais tarefas e responsabilidades que lhe foram atribuídas</p> <p>4. Relaciona e distingue os vários membros da sua família</p> <p>5. Constrói uma árvore genealógica da sua família</p> <p>6. Relaciona as características da família de Nazaré com aquelas da sua própria família</p> <p>7. Respeita a vida humana em todas as suas dimensões</p>		<p>1. Valoriza a sua própria família, fortalecendo os laços entre os vários membros que a compõem</p> <p>2. Põe em prática os principais valores que devem existir na família, sobretudo o serviço</p> <p>3. Respeita os elementos mais velhos da sua família, reconhecendo a sua autoridade</p> <p>4. Contribui para resolver os problemas da sua família e das famílias mais próximas</p> <p>5. Assume a responsabilidade e o papel de filho e de irmão</p> <p>6. Colabora com os pais no acompanhamento e cuidados com os mais idosos (Avós, tios)</p>	
METODOLOGIAS PRIVILEG.		Observações		AVALIAÇÃO FORMATIVA	
<p>- Diálogo e partilha</p> <p>- Reflexão e análise sobre a própria experiência e sobre a experiência humana</p> <p>- Interpretação de textos</p> <p>- Visualização e comentário de vídeos curtos</p>				<p>- Observação na sala de aula</p> <p>- Caderno diário</p> <p>- Participação ordenada nas dinâmicas propostas e nas aulas</p> <p>- Ficha de avaliação no final do período</p> <p>- Diálogo e troca de experiências</p>	

Conclusão

Talvez um dia o meu aluno do 6º ano – aquele que perdeu o pai e chorou na sala de aula – possa descobrir um outro Pai que o ama infinitamente, o Deus Pai revelado por Jesus no Evangelho. Nessa altura, compreenderá que o amor que sentia pelo seu pai era apenas uma sombra ou uma imagem ténue do Amor com que Deus o ama e o carinho que lhe tem.

Permanecer no amor não é fácil. Ser fiel ao amor ao longo de toda a vida tampouco. Aprende-se a amar, amando. Tropeçando muitas vezes, esquecendo outras, mas se soubermos escutar a voz de Jesus que todos os dias nos convida “*permaneça no meu amor*” (Jo. 15, 9), poderemos talvez ir alcançando essas pequenas amostras de céu aqui na terra. Construir um matrimónio e uma família como uma comunidade de amor e de vida é uma verdadeira missão, a que o próprio Cristo nos convida, que o Pai abençoa e que o Espírito alimenta nos corações.

No final desta reflexão, ficam-nos as preocupações e as perguntas pastorais: como preparar um casal para o matrimónio, que deseja iniciar uma comunidade de amor? Como oferecer ou inspirar esperança numa esposa desesperada porque começou a sentir ódio pelo marido? Como entusiasmar os mais novos pelo Reino, quando apenas vêm à sua volta (começando pela própria casa) ódio, rancor, violência?

A grande tarefa é sempre aquela que começa por cada um “arrumar” a própria casa, isto é, converter o próprio coração. Uma vida de santidade fará mais bem aos outros e trará mais amor ao mundo do que mil palavras ou discursos. Depois, vem a inteira confiança de que “*tudo contribui para o bem daqueles que **amam** a Deus*” (Rom. 8,28), a firme convicção de que Deus vai agindo discreta e silenciosamente no coração dos homens, lugar teológico por excelência, por onde começa a mudar o mundo.

Certos do seu mandato e convite, continuemos a acreditar e fazer acreditar de que é possível ser-se absolutamente feliz no matrimónio e na família. Descubramos com criatividade novas formas de fazer de pontífices (construir pontes) entre Deus e os homens. Em tempos de crise, devemos proclamar bem alto que é momento propício para a esperança. As inúmeras oportunidades que surgem com as crises devem tornar-nos ainda mais empenhados a servir o Senhor na família e na sociedade, testemunhando o seu amor em obras e palavras.

“O amor é paciente, o amor é prestável, não é invejoso, não é arrogante nem orgulhoso, nada faz de inconveniente, não procura o seu próprio interesse, não se irrita nem guarda ressentimento.

Não se alegra com a injustiça, mas rejubila com a verdade. Tudo desculpa, tudo crê, tudo espera, tudo suporta” (1Cor 13, 4-7)

Índice

Síglário	
Introdução	1
<hr/>	
Capítulo 1 - Análise sociológica da família	
<hr/>	
1. Introdução do 1º capítulo	3
2. Clarificação dos termos sobre a família	3
2.1. Em busca duma definição	3
2.2. Objectivos e funções da família	5
2.3. O grupo doméstico	7
3. Os membros da família	8
3.1. Os pais	8
3.2. Os filhos	9
3.3. Os avós	11
4. Família e escola	11
5. As funções sociais da família	13
6. Situação da família em Portugal	15
7. Principais problemas da família	17
7.1. A crise do grupo “família”	18
7.2. Formas alternativas de família	21
8. Conclusão do 1º Capítulo	26
<hr/>	
Capítulo 2 – A família como comunidade de amor	
<hr/>	
9. Introdução ao 2º Capítulo	29
10. A família nos documentos do Magistério	30
10.1. Gaudium et Spes	30
10.2. Familiaris consortio	31
10.3. Evangelium Vitae	34
10.4. A Família, esperança da Igreja e do mundo	35
11. A família na Bíblia	37
11.1. Antigo Testamento	37
11.2. Novo Testamento	41
11.3. A sagrada família como modelo	43
12. O amor como fundamento da família	44
12.1. Os vários tipos de amor	45
12.2. Amor e matrimónio	46
13. O conceito de comunidade humana	51
13.1. A família como a primeira comunidade humana	54
13.2. A SSma Trindade como fundamento de toda a comunidade de amor	54
14. Conclusão do 2º capítulo	57
<hr/>	
Capítulo 3 - Análise pedagógico-didática da UL 3	
<hr/>	
15. As competências específicas da UL 3	58
16. Os temas e os conteúdos da UL 3	60
17. Proposta de organização e programação da UL 3	61
Conclusão	62
Índice	63
Bibliografia	64

Bibliografia

- ABOIM, SOFIA (2006), *Conjugalidades em mudança: percursos e dinâmicas da vida a dois*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais
- AYERRA, M.P., (Junho 1995) “El difícil arte de... hacer familia” in *Salterae*, 475-487
- BECCEGATO, L. (1990), “Familia” in Giuseppe Flores d’Arcais (dir.), *Diccionario de ciencias de la educación*, Madrid, Ed. Paulinas
- BECK-GERNSHEIM, ELISABETH, (2003) *La reivencion de la familia: en busca de nuevas formas de convivencia*, Pedro Madrigal (trad.), Barcelona, Paidós
- BURGGRAF, JUTTA (2001), “La sagrada familia ¿Tiene la teología algo que decir sobre la familia?”, in José Andrés Gallego e José Pérez Adán (eds.), *Pensar la familia*, Madrid, Ed. Palabra, 329-356
- BUTTIGLIONE, ROCCO (1999), *La persona y la familia*, Madrid, Palabra
- CODA, PIERO (1995), “Familia y trinidad. Reflexión teologica”, in SIMPOSIO DE ESTUDIOS TRINITARIOS, *Misterio trinitario y familia humana / XXIX* Simposio de Teología Trinitaria, Salamanca, Secretariado Trinitario
- COMISSÃO PARA O ANO INTERNACIONAL DA FAMÍLIA (1994), *Relatório da situação actual da família portuguesa*, Comissão para o Ano Internacional da Família, (s.ed)
- COWAN, PHILIP A. [et al.] (eds.) (1993), *Family, self, and society: toward a new agenda for family research*, London, Lawrence Erlbaum Assoc.
- DOMINGUES, FR. BERNARDO (1994), *A família, fonte de amor e de vida*, Texto policopiado
- DOMINGUES, FR. BERNARDO (1990), *Pessoa e comunidade*, Porto
- *Dicionário da língua portuguesa contemporânea* (2001), Lisboa, Academia de ciências de Lisboa, Vol. I
- EPSTEIN, JOYCE e SANDRES, MAVIS (2002), “Family, school and community partnerships” in Mavis Sanders e Mark Bornstein (ed.), *Handbook of parenting*, Vol. 5 – Practical issues in parenting, London, New Jersey, LEA Publ., 407-438
- FLÓREZ, GONZALO (1995), *Matrimonio y familia*, Madrid, Biblioteca de autores cristianos
- JOÃO PAULO II (1998), *Matrimonio, amor y fecundidad*, Madrid, Palabra

- KORONAIYOU, ALEXANDRA (ed.), (2007) *O papel dos pais no equilíbrio da vida laboral e familiar-pessoal*, Centro de pesquisa sobre temas de igualdade, Atenas, Kethi
- LARREA HOLGUÍN, JUAN (1996), *El Papa y la familia*, Madrid, Ed. Palabra
- LEANDRO, MARIA ENGRÁCIA (2001), *Sociologia da família nas sociedades contemporâneas*, Lisboa, Univ. Aberta
- LEANDRO, MARIA ENGRÁCIA (2005), “Famílias – visão panorâmica sobre o resultado dos últimos censos” in *Revista Communio*, XXII, 5-21
- LÓPEZ GUZMÁN, M^a DOLORES (2011), “Mucho más que entregarse” in *Salterae*, 1158, 565-578
- MARTÍNEZ CORTÉS, J. (Janeiro 1992), “¿Está “amenazado” el matrimonio? ¿Qué hacer?”, in *Salterae*, 3-12
- MCKENZIE, JOHN (2003), *Dicionário Bíblico*, São Paulo, Ed. Paulus
- NEVES, JOAQUIM CARREIRA (2005), “Jesus pregou contra a família?” in *Communio*, XXII, 77-85
- OLIVEIRA, JOSÉ HENRIQUE BARROS (2002), *Psicologia da família*, Lisboa, Univ. Aberta
- OLIVEIRA, JOSÉ HENRIQUE BARROS (2009), *Psicologia da Educação*, Porto, Legis
- ORTEGA RUIZ, PEDRO e MÍNGUEZ VALLEJOS, RAMÓN (2001), “Família y transmisión de valores”, in *Familia, juventud y nuestros mayores: la actitud proactiva*, Fundacion Caixa Galicia, 125-139
- PERES, FREI MATEUS CARDOSO (2005), “A família em perspectiva teológica” in *Communio*, XXII, 23-32
- PÉREZ ADÁN, JOSÉ (2001), “La nueva familia comunitaria” in José Andrés Gallego e José Pérez Adán (eds.), *Pensar la familia*, Madrid, Ed. Palabra, 11-45
- PHILIPP, RITA (2001), “Experiencia familiar y desarrollo personal: el caso de los jóvenes en la actualidad”, in *Familia, juventud y nuestros mayores: la actitud proactiva*, Fundacion Caixa Galicia, 105-124
- RATZINGER, JOSEPH (2005), *Deus e o mundo*, Coimbra, Tenacitas
- RELVAS, ANA PAULA e ALARCÃO, MADALENA (coords.) (2002), *Novas formas de família*, Coimbra, Quarteto
- RODRIGO, MARÍA JOSÉ e PALACIOS, JESÚS (coord.) (2003), *Familia y desarrollo humano*, Madrid, Alianza

- ROSA, MARIA JOÃO VALENTE e VIEIRA, CLÁUDIA (2003), *A população portuguesa no Séc. XX*, Viseu, Inst. Ciências sociais da UL
- SARMENTO, TERESA [et al.] (org.) (2009), *Infância, família e comunidade: as crianças como actores sociais*, Porto, Porto Ed.
- SECRETARIADO NACIONAL DA EDUCAÇÃO CRISTÃ (2007), *Programa de Educação Moral e Religiosa Católica. Ensino Básico e Secundário*, Lisboa, Almondina
- SEGALEN, MARTINE (1999), *Sociologia da família*, Lisboa, Terramar
- SILVA, PEDRO (org.) (2007), *Escolas, famílias e lares*, Porto, Profedições
- SIMPOSIO DE ESTUDIOS TRINITARIOS (1991), *Dios es Padre / XXV Simposio de Estudios Trinitarios*, Salamanca, Secretariado Trinitario
- SIMPOSIO DE ESTUDIOS TRINITARIOS (1995), *Misterio trinitario y familia humana / XXIX Simposio de Teología Trinitaria*, Salamanca, Secretariado Trinitario
- STOER, STEPHE e SILVA, PEDRO (org.) (2005), *Escola-família: uma relação em processo de reconfiguração*, Porto, Porto Ed.
- WALL, ROBERT (1992), “Community – New Testament Koinonia”, in David Noel Freedman et al. (Eds), *The Anchor bible dictionary*, Vol. I, USA, Doubleday
- WOJTYLA, KAROL (2000), *El don del amor: escritos sobre la familia*, Madrid, Palabra

FONTES DO MAGISTÉRIO

- BENTO XVI, (2006), *Carta encíclica Deus Caritas est*, Prior velho, Paulinas
- JOÃO PAULO II (1981), *Exortação apostólica Familiaris consortio*, Braga, A.O.
- JOÃO PAULO II (1995), *Carta encíclica Evangelium vitae*, Braga, A.O.

REFERÊNCIAS DIGITAIS

- AMATO, PAUL (2000), “The consequences of divorce for adults and children”, in *Journal of Marriage and Family*, 62, 4 (Nov., 2000), 1269-1287 em <http://www.jstor.org/stable/1566735>

- BENTO XVI (2006), *Discurso na Vigília de oração, na conclusão da viagem apostólica a Valência, Espanha, por ocasião do V Encontro mundial das famílias*, Valência, 8 de Julho de 2006, em http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/speeches/2006/july/documents/hf_ben-xvi_spe_20060708_incontro-festivo_po.html
- BENTO XVI (2007), *Discurso no Encontro com os jovens do Brasil, no Estádio municipal do Pecaembu, São Paulo, 10 de Maio de 2007*, em http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/speeches/2007/may/documents/hf_ben-xvi_spe_20070510_youth-brazil_po.html
- BOBINEAU, OLIVIER (2010), “O que é Ágape? Da exegese a uma síntese antropológica passando pela Teologia”, in *Revista de Estudos da Religião*, 70-88, em http://www.pucsp.br/rever/rv3_2010/t_bobineau.pdf
- CONCÍLIO VATICANO II (1965), *Gaudium et Spes* – Constituição pastoral sobre a igreja no mundo actual, em http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html
- CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA (2004), *A Família, esperança da Igreja e do mundo*, Carta Pastoral da CEP, em <http://familiacatolica.no.sapo.pt/familia/cartapastoral.htm>